
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

“É QUE A TERRA NÃO É TUDO”: um estudo sobre o
assentamento Paus Brancos e seus mediadores.

JOÃO NUNES DA SILVA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

FEVEREIRO DE 1997



JOÃO NUNES DA SILVA

“É QUE A TERRA NÃO É TUDO”: um estudo sobre o assentamento

Paus Brancos e seus mediadores

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Sociologia da Universidade Federal da Paraíba,
Campus II, em cumprimento às exigências para
obtenção do grau de mestre.**

Área de Concentração: Sociologia Rural

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

**“É QUE A TERRA NÃO É TUDO”: UM ESTUDO SOBRE O
ASSENTAMENTO PAUS BRANCOS E SEUS MEDIADORES.**

JOÃO NUNES DA SILVA

Dissertação aprovada em _____

Componentes da banca

Fernando Garcia de Oliveira (orientador)

Dr. Alder Júlio F. Calado

Dra. Maria Barbosa Dias

Dra. Ghislaine Duqué

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

FEVEREIRO DE 1997

**DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG**

DEDICATÓRIA

**À minha mãe, Cecília Nunes da Silva, razão da minha vida. Sem ela
não teria chegado até onde cheguei.**

**Aos meus irmãos: Naninha, Salete, Nilta, Eronides, Sandra, William e
Lizandro.**

Às minhas filhas: Inajara e Indianara.

**A todos os trabalhadores do campo que lutam por terra para
garantir vida digna.**

Agradecimentos

A equipe de CPT de Campina Grande, pelo apoio e pela disposição em colaborar para esse resgate da história de Paus Brancos. Agradeço especialmente a Dorinha, por ter-me ajudado constantemente nas informações sobre a atuação da CPT em Paus Brancos.

A Maria Paulo e ao Padre Cristiano, pelos depoimentos prestados. Aos trabalhadores e lideranças do assentamento Paus Brancos, pela paciência e gentileza de me receberem, várias vezes, para visitas e aplicação de entrevistas e do questionário.

**Aos colegas e professores da UFPB, onde pude ampliar meus
conhecimentos;**

**agradeço especialmente a Fernando Garcia (orientador), pela
contribuição nos momentos mais difíceis;**

**às professoras Lola e Cristina Marin, pelas orientações nos diversos
momentos, como: elaboração do projeto de pesquisa, relatório de
campo e conversas informais.**

Ao Frei Anastácio, pelas entrevistas e apoio ao presente trabalho.

**Aos colegas alunos do Mestrado, especialmente à turma de 94:
Lucira, Mônica, Ângela, Gil, Jakeline, Maurino e Roberto, pelos
momentos de calor e emoção proporcionados.**

**Aos colegas funcionários do Mestrado em Sociologia: Joãozinho e
Vera.**

Ao meu grande amigo “Mano”.

RESUMO

Este trabalho trata da história da organização e luta dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos, área situada no semi-árido paraibano, a 42 km de Campina Grande. Tratamos da organização destes trabalhadores desde a luta pelo acesso à terra, que começou em 1986, à luta “na terra” (já no assentamento), iniciada em 1988. Nesse sentido, destacamos os elementos que consideramos mais importantes: a organização interna dos trabalhadores; a relação com os mediadores; os principais problemas existentes no assentamento e a questão da autonomia na relação com os mediadores.

Quanto aos mediadores, destacamos a participação efetiva da Igreja, através de seus representantes (padres e religiosos) e da Comissão Pastoral da Terra- CPT, que se coloca como “um serviço de apoio aos trabalhadores do campo”. Tratamos ainda da participação do Programa de Tecnologias Adaptadas às Comunidades - Patac, que, ao lado da CPT, constitui-se em um dos aliados dos trabalhadores em Paus Brancos.

ABSTRACT

This dissertation is about the history of the organisation and the struggle of the rural workers from the assentamento Paus Brancos, which area is situated in the half-dry region of the state Paraíba, at 42 km from Campina Grande - PB.

We dealt with the workers' organisation from their struggle for the access to the land, that began in 1986, till the struggle to keep on staying "on the land" (already on the assentamento), started in 1988. It means we emphasized on what we consider the most important elements: the internal workers' organisation; the relation with the mediators; the most important problems existing on the assentamento; and the autonomy-question in the relation with the mediators.

Referring to the mediators, we gave special attention to the effective participation of the Church in the field, by its representatives (priests, religious persons), besides agents of the CPT (Comissão de Land Pastoral), which presents itself "as supporting service for the Landworkers". We gave also attention to the participation of the PATAC (Program Alternative Technology Adapted to Communities), which beside the CPT is a worker's ally in Paus Brancos..

ÍNDICE

Introdução-----	10
A pesquisa e a metodologia-----	10
A dissertação-----	14
Capítulo 1. A luta pela terra -----	15
1.1. A ocupação do Serrotão-----	17
1.2. A ocupação da Fazenda“Codorna” -----	19
1.3. A Praça da Bandeira. -----	22
Capítulo 2. A luta na terra: o início de uma nova luta - o assentamento -----	27
2.1. Características-----	27
2.2. As estratégias de sobrevivência-----	29
2.3. A infra-estrutura-----	39
2.4. A educação-----	40
2.5. Produção e Comercialização-----	43
2.6 A alimentação-----	48
2.7.Saúde, higiene e condições de vida -----	49
Capítulo 3. A organização interna dos trabalhadores de Paus Brancos -----	51
Capítulo 4. Autonomia e Subordinação-----	62
4.1. A atuação da CPT em Paus Brancos-----	62
4.2. Os mediadores e sua participação: a Igreja como espaço político -religioso de intervenção e organização dos trabalhadores-----	69
4.3. A autonomia na luta-----	78
Considerações finais-----	90
Bibliografia-----	95
Anexos-----	99

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de uma longa experiência vivenciada junto aos trabalhadores do assentamento Paus Brancos, e ao acompanhamento da atuação da CPT a estes trabalhadores.

O meu contato com aqueles trabalhadores teve início em novembro de 1987, quando da ocupação da fazenda Codorna, localizada no município de Campina Grande, próximo ao Serrotão. Desde então, acompanhei todas as fases da luta daquele grupo de trabalhadores, tanto na fase de luta pela terra, quanto após a constituição do assentamento Paus Brancos, conquistado pelos mesmos.

Este trabalho foi construído a partir do que eu já havia estudado sobre Paus Brancos, num trabalho que fiz para a conclusão do curso de Ciências Sociais, em 1993; após a apresentação do projeto de dissertação, onde teve importância decisiva a contribuição dos membros da banca, e de discussões posteriores com o orientador e com as professoras Lola e Cristina Marin, definiu-se a perspectiva deste trabalho que é discutir a questão da autonomia dos trabalhadores a partir da análise de sua organização interna e da relação com os mediadores.

A PESQUISA E A METODOLOGIA

Para realizar o presente trabalho utilizei todos os conhecimentos acumulados ao longo de vários anos, de modo que pudesse contar a história dos trabalhadores que hoje vivem no citado assentamento. Nesse sentido, recorri a fontes como: lideranças do assentamento Paus Brancos, mediadores, agente da CPT e Patac, padres, além de pesquisar em jornais, tabloides, livros, monografias e relatórios da CPT sobre sua atuação em Paus Brancos. Tive acesso aos arquivos desta Pastoral,

onde pude coletar importantes dados sobre a atuação da mesma em Paus Brancos e na Paraíba.

Utilizei ainda a tese do colega de Mestrado, Antônio Carlos Pires de Mello, que estudou aspectos da atuação do Patac em Paus Brancos, esta foi uma das importantes fontes de pesquisa para tratar sobre o Patac. Outras fontes que recorri foram:

Livro, “O Retrato de Paus Brancos”, publicado pelo Patac em 1990, que trata da realidade deste assentamento, a partir de pesquisa realizada por técnicos da citada ONG.

Periódicos: Notícias da Gente, Patac, Campina Grande, números 5 a 10, ano de 1989;

- Minha monografia de conclusão de curso, Bacharelado em Ciências Sociais intitulada: Igreja e Lutas Sociais no Campo, uma análise da CPT em Paus Brancos.

Neste trabalho, tratei da relação CPT e Paus Brancos, especialmente no que diz respeito a representação social dos trabalhadores sobre esta Pastoral. Para a pesquisa deste trabalho, realizei entrevistas em 1992, além de utilizar uma parte do material acima discriminado, especificamente relatórios da CPT e do Patac, periódicos e o livro “O retrato de Paus Brancos”. Recorri também às seguintes fontes:

- Cadernos de Estudos da CPT Nacional;

- Relatórios da CPT Nacional e Regional;

- Bibliografia sobre a atuação da Igreja no campo, especialmente sobre a CPT.

As entrevistas realizadas em 1992 e 93, serviram de apoio à presente dissertação. Entrevistei ainda duas agentes de CPT, o pároco de Bodocongó, que atua em Paus Brancos, e o representante da CPT do Estado da Paraíba, Frei Anastácio (Vê anexo a lista dos entrevistados e o questionário aplicado em Paus Brancos).

Além dessas fontes, voltei a entrevistar os moradores de Paus Brancos, em julho de 1996, de modo que realizei mais 14 entrevistas e apliquei um questionário com 12 trabalhadores do assentamento Paus Brancos.

O critério para a escolha dos entrevistados foi baseado numa seleção prévia, de forma que priorizei as lideranças do assentamento em questão, como os dois presidentes das Associações e as lideranças mais antigas da luta.

O questionário aplicado serviu também como roteiro para as entrevistas, de forma que, quando o apliquei com as lideranças principais do assentamento, tomei a liberdade de acrescentar questões específicas sobre a história da luta e da organização dos trabalhadores de Paus Brancos. As entrevistas foram semi-abertas. Trabalhei ainda com fichas de campo, além de recorrer a outras informações anteriores, uma vez que acompanhei pessoalmente a luta dos trabalhadores do citado assentamento, a partir da ocupação da fazenda Codorna.

Para a análise de dados, priorizei as entrevistas realizadas com lideranças do assentamento e com os representantes da CPT de Campina Grande, monografias e fontes, tais como: jornais e livros, além de utilizar o questionário aplicado. Contribuiu muito, para o resgate da história da organização dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos, os diversos contatos que tive com lideranças desse assentamento, através de visitas, participação em encontros e reuniões com a CPT.

Constitui-se também em elemento de construção desta pesquisa o estudo da contribuição de autores da academia. Neste sentido procurei estabelecer um diálogo com Cornélius Castoriadis, José de Souza Martins, Regina Novaes, Pierre Bourdieu, Ilse Sherer-Warren, além de assessores da CPT como Ivo Poletto e Carmela Panini.

Dei voz aos principais atores da história da organização e luta dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos, isto é, trabalhei com as falas dos agricultores, lideranças da CPT e técnicos do Patac. Trabalhei com conceitos, como: autonomia, politização, organização, entre outros. Por fim, sintetizei e comentei as idéias e falas dos atores da história de Paus Brancos, autores da academia e tezi minhas considerações.

Minha intenção era exatamente conseguir realizar um trabalho onde pudesse identificar-me e expor minhas idéias sobre a organização dos trabalhadores do campo e sua relação estabelecida com os seus mediadores, especialmente destacar a ação da Igreja e do Patac em Paus Brancos, como de fato o fiz.

A preocupação em estudar Paus Brancos, a partir de mediadores como CPT e Patac, justifica-se pelo fato desses mediadores terem uma história de atuação junto aos trabalhadores do citado assentamento desde o início da luta destes pela posse da terra, isto é, desde a ocupação do Serrotão, de modo que tais mediadores têm acompanhado os principais momentos da luta e da organização dos trabalhadores que hoje estão em Paus Brancos. Desta maneira, considero que a questão da autonomia dos trabalhadores do assentamento não pode ser entendida sem a presença de seus mediadores, especificamente a CPT e o Patac.

A DISSERTAÇÃO

Esta dissertação divide-se em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. No Primeiro capítulo conto a história da luta dos trabalhadores que hoje estão em Paus Brancos, a partir de três momentos: As ocupações do Serrotão em 1986, da fazenda Codorna em 1987, e da Praça da Bandeira. Trata-se de um resgate histórico-sociológico, priorizando as falas dos trabalhadores e mediadores que viveram a luta. Para esse resgate, recorri também a recortes de jornais da época de 1987, além de relatórios da CPT e de conversas informais. Por outro lado atuei como narrador, até mesmo pelo fato de ter acompanhado os principais momentos da luta dos trabalhadores pela posse da terra.

No segundo capítulo, intitulado **LUTA NA TERRA**, destaco os principais aspectos do assentamento Paus Brancos, particularmente as características, as estratégias de sobrevivência dos assentados (formas de resistência), os aspectos materiais, como: infra-estrutura, condições de produção, saúde, educação, além de destacar as principais dificuldades encontradas pelos novos moradores de Paus Brancos para a sua permanência na terra.

No terceiro capítulo trato da organização interna do assentamento, destacando aspectos, como: divergências, criação de duas Associações, projetos e a participação do Estado. No quarto capítulo, cujo título é **AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO**, trato da presença dos mediadores em Paus Brancos e de sua influência no processo de organização dos trabalhadores.

CAPÍTULO 1. A LUTA PELA TERRA

A luta dos trabalhadores rurais de Paus Brancos pela terra teve início em 1986. Nesse período o Brasil vivia a expectativa de uma reforma agrária, a qual estava sendo planejada pelo governo da Nova República sob a pressão de trabalhadores sem-terras, entidades, partidos de esquerda e Igreja.

Inconformados com a morosidade do Plano Nacional de Reforma Agrária, os PNRAs, trabalhadores de diversas partes do país ocupavam terras consideradas improdutivas. Dentro desse quadro tem início também os trabalhos da Assembléia constituinte e aumentam as atenções da sociedade em torno da reforma agrária.

Por outro lado, a violência no campo aumentava sensivelmente e vários trabalhadores, lideranças sindicais, padres, religiosos e advogados foram vítimas de assassinatos. *“Em 1985, primeiro ano da Nova República, são assassinadas 222 pessoas. Em 1986 o número de assassinatos no campo eleva-se para 302. Em dois anos de governo Sarney o país tem um saldo de 524 mortes de trabalhadores rurais provocadas por conflitos de terra”* (Panini 1990: 145).

A luta pela reforma agrária estendeu-se também até à Paraíba, apoiada por setores da Igreja católica como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, antes denominada de Pastoral Rural, por lideranças sindicais, partidos, etc. Nesse contexto, um grupo de trabalhadores rurais de Campina Grande, expulsos do Serrotão, área rural deste município situada próxima a BR 230, saída para o Sertão, decidem lutar

pelo acesso à terra. Com isso, é formada uma comissão de trabalhadores sem terras, apoiada por setores da Igreja, sindicatos, Universidades e entidades não governamentais. Conforme relato do Padre Cristiano, pároco de Bodocongó, que acompanhou pessoalmente a luta:

“...o governo tinha botado o pessoal do Serrotão prá fora e tinha indenizado a toque de caixa (caso a caso); você, você...Aí, tal...mas, na realidade, 150 famílias tavam dispostos à entrar...Foi uma convocação, quem quisesse. Aí, apareceu não somente 150, que em toda área da cidade tinha. Aí começou a formar uma comissão para levar essa proposta aí (de desapropriação) para o governo, dentro da lei, com orientação religiosa, no evangelho; e também algumas pessoas da Pastoral Rural e mais outras pessoas da Universidade: Regina Novaes, Beto Novaes, Tereza Braga tava nessa época. Nessa época, por coincidência, houve ocupação em todo o Estado. Então, acho que Wilson Braga(governador na época) levou um susto e mandou dividir o resto da terra que tinha lá no Serrotão. Então, foi muito interessante porque houve logo a ocupação e a própria comissão da ocupação e em todo momento do confronto né? então, a comissão tinha a palavra. O momento se deu, momento de muita angústia, porque a policia tava, tinha dado dez minutos né? Ou prá sair ou o cacete baixava. Aí, depois que o governo cedeu aí houve 40 (quarenta famílias) e ficaram o restante...”(Pe Cristiano, pároco de Bodocongó)

A organização de uma comissão de trabalhadores sem terra (que não era MST) foi um dos principais passos para a conquista do Serrotão e, mais tarde, de Paus Brancos. A história da luta dos trabalhadores de Paus Brancos apresenta três momentos importantes: Serrotão (1986), a O ocupação da fazenda “Codorna”(área próxima ao Serrotão), para onde foram os trabalhadores que sobraram da luta e a ocupação da Praça da Bandeira.

1.1 O SERROTÃO

O conflito do Serrotão reuniu trabalhadores que já viviam nessa área como meeiros, parceiros, foreiros que, com o falecimento do proprietário, foram expulsos dessa fazenda após divisão da terra entre herdeiros. Mais tarde o Estado comprou as terras. Foi quando iniciou o processo de expulsão em massa das famílias, inclusive com repressão policial. Alguns trabalhadores que haviam sido expulsos da terra faziam parte da paróquia de Bodocongó, isto é, da comunidade religiosa onde, além de rezar discutiam os problemas de sua realidade à luz da fé, como a falta de terra para plantar e viver, entre outros assuntos relacionados a Igreja, a fé, etc. Assim, com o apoio do Pároco local, resolveram formar a Comissão dos sem terras de Campina Grande.

A necessidade de terra para trabalhar impeliu os trabalhadores que foram expulsos do Serrotão para a organização. Nesse sentido logo conseguiram o apoio da Pastoral Rural e de demais setores da sociedade. Favorecidos pelo momento político e social, estabelecidos com a “abertura política”, isto é, o fim da ditadura militar, e com a expectativa de uma reforma agrária, vários trabalhadores rurais da cidade (cerca de 150) que estavam na mesma situação dos que foram expulsos do Serrotão, resolveram reforçar a luta pela terra, de forma que ocuparam a citada área. Enquanto isso, esperavam a solução por parte do governo do Estado. A princípio, o governador respondeu com repressão policial. Por outro lado, as famílias de trabalhadores envolvidas no conflito pediram o apoio da sociedade, da Igreja, de políticos e de diversas autoridades locais para resolver pacificamente o conflito.

As famílias que foram expulsas do Serrotão eram em torno de 150, as quais já trabalhavam na área há bastante tempo, cerca de 20 anos. Com as

demais que vieram reforçar a luta, formou-se um contingente de 300 famílias. Os principais elementos que encontramos na luta e organização desses trabalhadores são a simplicidade, a fé, o apoio dos mediadores, especialmente da Igreja e a resistência.

Para a Comissão dos sem terras surgia a possibilidade de intervir diretamente na realidade, após várias reuniões, desânimo e reflexões:

“ Depois de muitas reuniões, desânimos, mas também algumas coisas boas, né? Nós que já éramos um bom grupo reunimos 15 pessoas aproximadamente. Fomos procurados por várias famílias que estavam sendo expulsas da propriedade do Serrotão pra ver o que poderíamos fazer, já que algumas famílias participavam do nosso grupo. A verdade é que tinha na nossa frente a primeira possibilidade de intervir mais diretamente na realidade que a gente discutia e refletia”¹

A decisão de várias famílias procurarem a comissão dos sem terras, há pouco tempo formada, demonstra uma consciência coletiva que une os trabalhadores (a consciência de um direito fundamental para viver que é o direito à terra) e uma “identidade social” (Sherer-Warren 1989:44) e política, elementos fundamentais para a organização e luta. A consciência coletiva pode ser percebida a partir do momento em que os trabalhadores se sentem injustiçados pela expulsão da

¹Extraído da cartilha: ALTO SERROTÃO: UM PASSO PARA A LIBERTAÇÃO, elaborada por essa comissão de trabalhadores, com o apoio do Centro de Ação Cultural- Centrac, ONG que também apoiou a luta- C Grande, p 13.

terra, onde plantavam para sua subsistência, criavam seus filhos e se identificavam nos costumes, na cultura, na religiosidade, bem como na situação de sem terras.

Por fim, após a ocupação do Serrotão, do conflito estabelecido e da pressão dos trabalhadores, de entidades de apoio e da sociedade, o governo desapropria apenas 40 hectares de terras para 40 famílias. Os trabalhadores que sobraram dessa luta decidiram ocupar as terras de uma fazenda próxima ao Serrotão: a fazenda “Codorna”.

1.2 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA “CODORNA”

A Fazenda Codorna é uma área com 360 hectares de terras, propriedade de Peron Japiassu. A ocupação da fazenda “Codorna” dá-se pouco tempo depois da conquista do Serrotão pelas 40 famílias de agricultores. Essa ocupação contou com cerca de 310 famílias de agricultores de várias partes da cidade. Na fazenda “Codorna” passaram nove meses, onde plantaram culturas de subsistência como milho, feijão, mandioca, entre outras (Vê anexos 8 e 9). O trabalho era realizado de forma coletiva, isto é, os agricultores trabalhavam em regime de mutirão e dividiam a produção entre si. A plantação das culturas de subsistência servia também como uma das estratégias para garantir resistência na luta. Com isso, a produção era também uma forma de garantir benfeitorias, o que teoricamente favorecia aos trabalhadores perante a ameaça de despejo.

O trabalho coletivo foi orientado pela Igreja Católica, através de agentes da Pastoral Rural, do pároco de Bodocongó e de religiosas. Havia uma divisão de tarefas, de forma que os homens cuidavam de preparar a terra e as

mulheres ajudavam na plantação, além de terem que tratar basicamente do trabalho doméstico: cuidar das crianças, cozinhar, entre outros.

A divisão do trabalho era decidida nas assembléias e reuniões com a comissão de trabalhadores, formada para tratar da organização interna e de negociar a desapropriação da terra junto ao governador e ao proprietário. A comissão também se encarregava de ir à imprensa, buscar apoio da sociedade através de campanhas para arrecadar alimentos, apoio jurídico e financeiro e de preparar a pauta das assembléias e reuniões, que freqüentemente aconteciam.

Enquanto estavam na “Codorna”, as famílias de agricultores foram constantemente ameaçadas de expulsão pelo proprietário da fazenda. Por outro lado, esperavam do governador do Estado (Tarcísio Burity), que havia sido empossado há pouco tempo, a desapropriação da terra em questão.

Com nove meses na terra, os agricultores foram expulsos três vezes, por ordem judicial de reintegração de posse impetrado pelo proprietário da fazenda. Após a primeira expulsão as famílias de agricultores (homens, mulheres e crianças) retornaram à fazenda “Codorna” e se instalaram sob um umbuzeiro. Enquanto isso, a comissão formada por advogados, representantes da Igreja Católica e de entidades não-governamentais negociavam com o governador e com o proprietário uma possível solução do conflito, exigindo a desapropriação da fazenda.

“então, aí disse: ói, essa desapropriação, que o governo cumpra pras outras famílias. Aí o governador, forçado pela euforia do começo do governo, ele foi visitar e reconheceu também que a questão de fato era pros sem-terra. Reconheceu que o pessoal tinha, merecia o roçado. E houve acordo com o

proprietário que ficasse lá somente em três hectares de terras. Aí, isso foi feito. Ficou em três hectares de terra. Mas, nada de medida; os nove meses passaram e nada de resolver. Nada de terra aparecendo. Ai então, depois de nove meses então se construiu uma casa na terra de Peron...aí Peron arranhou a polícia. Agora, tinha a promessa que o governador tinha feito para não entrar naquela área com a polícia. E ele fez essa promessa aos agricultores com a comissão. Aí, na realidade, o governo é quem bota a polícia e acaba com as plantações. Acabaram com a casa..”(Pe cristiano, pároco de Bodocongó).

Durante o conflito a religiosidade surge como um dos elementos motivadores para os trabalhadores. Através de rezas, celebrações, novenas, promessas e outras expressões de religiosidade, os trabalhadores resistem a expulsão, na esperança de que conquistarão a terra para viverem. Nos momentos de ação de despejo, todos se reuniam e cantavam hinos religiosos, rezavam e gritavam palavras de ordem, como: “o povo unido jamais será vencido”, “a luta continua”, dentre outras. Quando a situação era de tensão, principalmente quando a polícia chegava, a ordem era resistir pacificamente, rezando e cantando.

“...Maria Paulo tava lá sentada com os meninos tudim ali rezando. Tudo rezando num sabe? Aí Maria Paulo disse: vamo sentar ali prá rezar(isso enquanto a polícia tava lá)”. (dona Raimunda, 75 anos, moradora de Paus Brancos)

A resistência dos agricultores na fazenda “Codorna” foi motivada também pela promessa que o governador havia feito, quando visitou o local, de que desapropriaria àquela fazenda, conforme noticia o jornal:

Após várias propostas lançadas pelos agricultores, concernentes à retirada da terra, eles decidiram permanecer no setor, na esperança de que o governo estadual irá

cumprir a promessa feita no início de sua gestão, quando visitando o local afirmou que eles deveriam ficar até que a terra fosse desapropriada”(Diário da Borborema, 24, 11, 1987)

Os trabalhadores, percebendo que as negociações com o governo e proprietário não surtiam efeitos, resolveram acampar na Praça da Bandeira, após serem expulsos pela terceira vez e terem toda a plantação destruída. A decisão foi tomada em assembléia.

Aí todo mundo aceitou. Eu digo: a Praça da Bandeira é nossa, aquilo ali pertence a nós. Vamos lá?! Vota?! todo mundo vota? Todo mundo votou, levantou a mão...”(dona Raimunda, posseira de Paus Brancos).

1.3 A PRAÇA DA BANDEIRA

A ocupação da Praça da Bandeira, pelos agricultores que estavam na “Codorna,” surge após serem expulsos pela terceira vez e terem suas roças e barraco destruídos. Nesse mesmo período (novembro de 1987) já se tornava comum a ocupação de espaços públicos, como forma de pressionar as autoridades políticas para a aplicação da reforma agrária. Em João Pessoa, por exemplo, na mesma época da ocupação da Praça da Bandeira, dezenas de trabalhadores que ocuparam a fazenda Bela Vista (Esperança, no Brejo Paraibano) também ocuparam a Praça dos Três Poderes.

Através da ocupação de espaços públicos (praças, sede de órgãos do governo, etc), o conflito é levado à cidade. Com essa medida os trabalhadores compreenderam que poderiam pressionar mais de perto as autoridades

competentes para a solução de seus problemas. Por outro lado, uma vez expulsos, não tinham para onde ir.

“... depois da Codorna nós se reunimo e aí fomo pensar - e agora, o que é que nós vamo fazer? Para onde a gente vai? Aí eu digo: nós temos que tomar uma decisão, seja lá o que for, vamo se sentar todo mundo, conversar. Aí um surgiu: vamo pro palácio do governo? Em João Pessoa?(...). Eu digo: não dá. Nós somo tudo pobre. Esses menino, como nós vamo levar? Não dá não. Aí um surgiu; vamo prá Praça da Bandeira? Aí todo mundo aceitou. Eu digo: a Praça da Bandeira é nossa, aquilo ali pertence a nós. Vamòs lá? Vota? Todo mundo vota? Aí a gente foi prá Praça prá vê se as autoridade via a situação da gente e tomava uma decisão prá gente. Todo mundo votou, levantou a mão...”(dona Raimunda, posseira de Paus Brancos).

A cidade, portanto, representa para os trabalhadores o centro das decisões políticas ou “o centro do poder”, onde se poderia resolver o conflito até mesmo pelo fato de ficarem mais perto fisicamente das autoridades. Por outro lado, a população toma conhecimento, de forma mais direta, da realidade de sofrimento dos trabalhadores do campo, no caso, dos que ficaram na fazenda Codorna por nove meses. Assim, com a ocupação da principal praça da cidade as autoridades políticas se sentiram pressionadas de forma direta para resolver o conflito, pois foram coagidas a responder à sociedade pelo acontecido e procuravam meios de “limpar” sua imagem perante a mesma.

Enquanto estavam na Praça, as principais estratégias utilizadas pelos trabalhadores foram: denúncia na imprensa, reuniões, assembléias, negociação com o governador, participação na Tribuna da Câmara de Vereadores (visando apoio), além de celebrações, campanhas para angariar alimento para as famílias etc. A

visita dos trabalhadores à Câmara foi um dos momentos importantes da luta, despertando a atenção do prefeito municipal:

“Uma comissão(dos sem terras) esteve ontem na Câmara de Vereadores tentando uma solução. O fato está preocupando o prefeito Ronaldo Cunha Lima que passou todo o dia de ontem tentando uma solução”(Vê anexo 8, Jornal Diário da Borborema, 10/12/87)

A Praça da Bandeira, portanto, representa para os trabalhadores uma maior possibilidade de pressão e negociação para conquistarem a terra e surge como um dos últimos recursos na luta. Assim, os trabalhadores rurais encontraram também mais apoio da sociedade, de entidades e de populares para continuarem lutando por um “pedaço de terra” para plantar e viver. Na praça os agricultores que ali se alojavam sob uma barraca de lona, armada entre fiteiros e jardins, recebiam diariamente a visita de pessoas, autoridades políticas e religiosas, além de representantes de movimentos sociais, professores, etc, os quais prestavam solidariedade à luta.

Várias paróquias, comunidades, grupos de jovens, freqüentemente prestavam solidariedade aos agricultores que estavam na Praça levando alimentos, roupas e remédios, conseguidos através de campanhas. Trabalhadores rurais de áreas de assentamentos também prestavam apoio aos acampados da praça, incentivando-os através da participação em atos públicos”, protestos e demais eventos planejados pela comissão, para chamar a atenção das autoridades (e da sociedade) da necessidade da terra àquelas famílias da praça.

Na Praça as famílias se revezavam, até mesmo porque não havia lugar para todos ali. Os que não iam para a Praça se alojavam em casa de parentes que moravam nos diversos bairros da cidade: Lucas, Ramadinha, Cruzeiro, Bodocongó e outros. Boa parte dos trabalhadores que faziam parte da luta dos trabalhadores da “Codorna” (e que depois foram para a Praça) eram provenientes de outras áreas da cidade e foram cadastradas na luta. Por outro lado, muitos eram apenas apoio, pois já estavam assentados em outras áreas do Brejo e do Litoral. E estavam ali apenas para se solidarizarem com a luta. Houve também muitas desistências durante a luta.

Durante o período que ficaram na Praça, 40 dias, os trabalhadores se reuniram constantemente para tratar das estratégias de luta. As negociações com o governador continuaram, até que o mesmo se dispôs a comprar outra área que tivesse à venda para assentar as famílias de agricultores envolvidas no conflito da “Codorna”. A Comissão formada por trabalhadores e apoiada pela Pastoral Rural ficou de discutir com os demais trabalhadores a visita a algumas áreas próximas à cidade de Campina Grande. Foram visitadas áreas do Brejo e do Cariri Paraibano.

Após um demorado processo de negociação, visitas a várias áreas pelos trabalhadores, o conflito chegou ao final com a compra, pelo governo do Estado, da Fazenda Paus Brancos, situada no Cariri, a 42km de Campina Grande, onde foram assentadas 72 famílias. A conquista foi festejada pelos trabalhadores e pelos mediadores envolvidos (aliados) com uma caminhada até Lagoa Seca (cidade que fica a 7 km de Campina Grande) com destino a imagem da “Virgem dos Pobres” que fica em frente ao Convento Marista daquela cidade. Chegando à “Virgem dos Pobres” foi realizada uma missa de ação de graças pela conquista da terra, a qual contou com a presença de vários padres, religiosos e dezenas de trabalhadores da

cidade e do Estado. Este foi um momento de muita emoção para os trabalhadores, os quais cantavam hinos religiosos, rezavam, choravam e pulavam de alegria.

A caminhada é uma das expressões de religiosidade que representa, no universo simbólico dos trabalhadores, momento de fé, esperança e gratidão pela “graça alcançada”, isto é, a conquista da terra. A religiosidade esteve presente em todo o momento da luta dos trabalhadores pela terra como símbolo de resistência.

CAPÍTULO 2

A LUTA NA TERRA: O INÍCIO DE UMA NOVA LUTA - o assentamento

Nosso objetivo neste capítulo é destacar os principais aspectos do assentamento Paus Brancos. Consideramos particularmente as características, as estratégias de sobrevivência dos assentados (formas de resistência), os aspectos materiais como infra-estrutura, condições de produção, saúde, educação e as dificuldades para permanecerem na terra.

Com a chegada na terra conquistada, 72 famílias de trabalhadores rurais iniciaram uma nova etapa de vida: a luta pela permanência na terra (por infra-estrutura, como: água, energia, estradas e condições para plantar e viver). É também um processo de adaptação no Cariri paraibano, onde o clima é semi-árido, a vegetação é rasteira e a distância para a cidade se torna maior com as péssimas condições das estradas que dão acesso ao assentamento. Contudo, os trabalhadores sentem-se satisfeitos com a terra, apesar das dificuldades. A principal delas é a falta de incentivos governamentais para a produção, comercialização e infra-estrutura.

2.1. CARACTERÍSTICAS:

" Situado na parte centro sul da Paraíba, o Cariri representa uma vasta porção do território do Estado, cerca de 25%, ocupando aproximadamente 15.500 km², ele conta com uma população de apenas 290.000 habitantes com forte predominância da população rural (72,6% e numa densidade particularmente fraca: menos de 19 habitantes por km² (média do Estado 49 habitantes por km²)" (IBGE - censo demográfico de 1980)

A fazenda Paus Brancos, com área de 1.280 ha, foi desapropriada pelo governo do Estado em 1987. As 72 famílias assentadas estão distribuídas em 72 lotes, cada lote tem em média 16,5 ha. As terras de Paus Brancos são de vários tipos: ariústica, tabuleiro, massapê e várzea².

Hoje vivem nesse assentamento cerca de 300 (trezentas) pessoas (a maioria são mulheres e crianças), as quais praticam uma agricultura de subsistência. A produção é basicamente de milho, feijão e fava, além de verduras e legumes. As dificuldades para se viver na região semi-árida, como: a falta de recursos e financiamentos, a falta de máquinas e de equipamentos necessários para uma melhor produção, têm sido superadas pelos trabalhadores com fé e persistência (teimosia), através de parceria com o Patac e CPT. Esses mediadores têm ajudado aos trabalhadores do assentamento nas negociações com órgãos governamentais, visando melhorias na infra-estrutura e na produção interna. Os principais órgãos governamentais que atuam em Paus Brancos são: EMATER E INTERPA³. As principais ações do Estado no citado assentamento foram conseguidas pelos assentados através de pressões como: idas aos órgãos governamentais e denúncias na imprensa das péssimas condições de vida especialmente no início do assentamento. Com isto, conseguiram “ajudas” do governo como: sementes para plantar, 72 silos, telhas do Projeto Nordeste, limpeza das estradas que dão acesso à Campina Grande, recursos para a fabricação de tijolos e limpeza de barreiros (através das frentes de emergência).

² Cf, Retrato de Paus Brancos, Campina Grande, Patac, 1990, p 62

³ EMATER (Empresa de Assistência Técnica Rural); INTERPA (Instituto de Terras da Paraíba)

2.2. AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA (AS FORMAS DE RESISTÊNCIA⁴)

A realidade dos assentamentos, especificamente na Paraíba, denuncia as diversas dificuldades que os trabalhadores enfrentam, bem como, revela a falta de apoio necessário, principalmente por parte do estado, para garantir vida digna no campo, isto é, uma reforma agrária justa, que atenda realmente os interesses dos trabalhadores do campo. Geralmente as dificuldades estão relacionadas à produção, geração de renda, organização, infra-estrutura e comercialização.

“talvez as questões mais pertinentes, quando se trata dos resultados dos programas de reforma agrária nos assentamentos sejam: a) os assentados são capazes de produzir para seu próprio consumo e também contribuir significativamente para o aumento na quantidade e qualidade de alimentos disponíveis à população? b) O assentamento permite a fixação do homem no campo, trabalhando na atividade agrícola e obtendo dessa atividade rendimentos suficientes para uma vida digna, ou estariam as áreas de assentamentos reproduzindo os bolsões de miséria comuns no campo brasileiro? Ou ainda, os assentamentos geram emprego ou seriam apenas uma reserva de mão de obra?”(Camargo 1994, p 214)

Nossa pesquisa não levou em consideração a renda familiar por considerarmos, principalmente, as estratégias de sobrevivência ou de resistência dos trabalhadores no assentamento Paus Brancos e a relação destes com os mediadores. Neste sentido, vale considerar que a produção em Paus Brancos tem sido basicamente para a subsistência. Até o momento de nossa pesquisa, as condições não permitiam uma produção suficiente para a comercialização, devido a falta de maiores incentivos e

⁴. Resistência é um termo bastante utilizado no cotidiano dos trabalhadores, particularmente entre lideranças do assentamento e também dos movimentos sociais. Significa, também, as formas ou estratégias utilizadas pelos trabalhadores no enfrentamento diário de seus problemas, o jeito encontrado pelos mesmos para garantir a sobrevivência. Resistência, é ainda, um termo que está relacionado às dificuldades encontradas pelos trabalhadores, na busca contínua de obter o necessário para a sua permanência na terra com dignidade.

problemas estruturais: divergências internas, falta de mão de obra suficiente, falta de recursos financeiros, resistência dos trabalhadores às novas tecnologias, etc.

Os trabalhadores têm resistido às diversas dificuldades apresentadas no assentamento através de sua organização interna, de projetos, de apoio de mediadores e com criatividade e motivação, especialmente por terem a terra e não precisarem mais trabalhar de alugado, conforme podemos perceber nos depoimentos :

“ Ave Maria, eu gosto demais de viver aqui. Ói, basta dizer que eu tenho meu roçado prá eu trabalhar de tudo que eu posso”(Mima, moradora de P. Brancos)

“Não existe lugar melhor do que esse. Só falta mais condições, mas não existe um lugar melhor do que esse”(Abel, posseiro de Paus Brancos e pres. da segunda Associação)

“...Isso aqui eu adoro. Eu tô aqui porque eu amo isso aqui. Eu quero bem. Eu gosto disso aqui. A terra é boa. A terra ajuda a gente, sabe!”(dona Raimunda, posseira de P. Brancos.)

“... a gente trabalha. A gente ficamos independente. Tem terra...” (Seu Francisco, pres. da Associação)

Podemos perceber nas falas dos agricultores que a terra representa uma das condições fundamentais para garantir a sobrevivência e a autonomia. Como percebemos no depoimento de Seu Francisco, presidente da primeira Associação, a terra conquistada através de tanta luta já coloca os trabalhadores em situação confortável, pelo fato de não precisarem mais pagar foro ou trabalhar sob o jugo de proprietários, isto é, o assentamento representa a não-

dependência, pelo menos no que tange à terra para trabalhar. As principais estratégias de sobrevivência utilizadas pelos trabalhadores, em Paus Brancos são as seguintes:

- a) fundo rotativo de animais, cultivador, etc;
- b) criação de animais;
- c) venda de lenha e carvão;
- d) caça;
- e) fabricação de telhas e tijolos;
- f) perfuração de poços e construção de barreiros e cisternas ;
- g) pequenos negócios
- h) projetos em parceria com ONGs, entidades;
- i) organização através da Associação.

a) FUNDO ROTATIVO DE ANIMAIS CULTIVADORES.

Esta é uma estratégia de sobrevivência dos assentados de Paus Brancos, com incentivo de um dos mediadores, O Patac. Trata-se de uma experiência que tem como objetivo **“refinanciar uma atividade, a partir do pagamento (de forma parcelada) do que foi recebido como empréstimo por quem foi beneficiado. À medida que vai sendo paga pelos beneficiados, cada parcela do empréstimo, garante-se que outras pessoas tenham acesso ao mesmo benefício”**(Mello 1995: 63)

Essa experiência ainda é realizada por algumas pessoas do assentamento e exige orientação técnica, entre outros fatores. Mas, boa parte dos assentados não pratica essa atividade.⁵

b) CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Conforme pude constatar, a maioria dos assentados da Fazenda Paus Brancos criam animais, como: cabras, porcos, galinhas, perus, guinés, e outros. Com a criação de pequenos animais, as famílias assentadas reforçam o orçamento familiar; geralmente a criação de animais de pequeno porte é feita com o objetivo de vender ou trocar por outros produtos. Em Paus Brancos, a criação de animais tem servido para os assentados como um tipo de poupança:

“...eu crio meus peru, eu crio minhas galinha, crio minhas cabra. Eu tava até com 21 cabeça de bode, aí troco, vendo. Esse ano não, mas o ano passado foi muito bom...”(Mima, moradora de Paus Brancos)

c) VENDA DE LENHA E CARVÃO

Esta é uma prática que tem sido feita de forma esporádica, especialmente quando o pessoal tem perdido sua lavoura ou não tem lucrado o suficiente para se alimentar. No começo do assentamento (1988, 89) essa foi uma das principais formas de resistência dos trabalhadores às dificuldades para se viver no semi-árido sem o apoio suficiente dos órgãos governamentais, uma vez que não havia quase condições para o trabalho na agricultura: sementes para plantar, equipamentos e

⁵. O fundo rotativo não obteve o sucesso esperado por técnicos e por trabalhadores, como avalia Mello (1995: 64). Todavia, ajudou algumas pessoas e serviu como um aprendizado.

principalmente formas de armazenamentos da produção. Mas a prática predatória indiscriminada por parte dos assentados, foi proibida pelo IBAMA, como acentua

Camargo:

“Em vários assentamentos o desmatamento e a venda de lenha e de carvão são as únicas fontes de renda dos assentados em momentos críticos logo após o assentamento e nos períodos de seca. Em Paus Brancos o IBAMA proibiu o desmatamento indiscriminado e sem a devida reposição com palma ou algaroba e a Associação tem uma norma contra a venda de madeira. No entanto, a situação precária das famílias os tem obrigado, desde o primeiro dia do assentamento, a vender madeira e carvão, principalmente nos períodos secos, quando a lenha se torna um dos únicos meios de sobrevivência destas famílias” (Camargo 1994: 242)

Pude constatar que o corte de lenha tem sido controlado com a proibição do IBAMA e com a regulamentação por parte da Associação. Todavia, nota-se também que a prática predatória tem diminuído devido a outras formas de atividades que surgiram, através de projetos de financiamento conseguidos pela Associação com o apoio de entidades como o Patac e a CPT. O trabalho no roçado tem contribuído para a diminuição da prática predatória. Por outro lado, a venda da lenha não tem dado resultados positivos, conforme alguns moradores, porque é vendida a baixo custo, de forma que não compensa o esforço para tirar a madeira da mata. Durante a pesquisa, tive a oportunidade de manter um diálogo com dois moradores sobre esse ponto:

JN “Quando não tem condição de trabalho na agricultura, o que vocês fazem?”

Sr Vicente: “corto madeira”

JN. O que o sinhô faz com a madeira?

Sr. vicente: Eu vendo a Hermetério(fazendeiro da região)

Sr. João de Cota- “você veja, aqui como é, o povo aqui só quer comprar o metro de lenha por dois e cinqüenta”.

d) CAÇA

A caça é uma atividade realizada por alguns trabalhadores, quando estes não têm o que comer, por não terem logrado êxito no trabalho da agricultura. A caça tem servido também para a venda nos lugarejos vizinhos e entre os moradores. As principais aves procuradas pelos caçadores são: rolinha e arribaçã. Para ilustrar esse ponto, recordo-me de uma das visitas que realizei em Paus Brancos para a aplicação do questionário. Numa oportunidade, quando chegava na residência de Severina Araújo e Edmilson, me deparei com este casal com uma bacia de rolinhas, que eram depenadas com muita habilidade. A atividade da caça serve, portanto, como complementação alimentar e como forma de conseguir algum dinheiro, quando o trabalho da agricultura não traz resultados:

“Ele tá caçando, né? Vai levando, caçando rolinha, enquanto aparece qualquer serviço (quando não tem trabalho na agricultura) por aí”

e) FABRICAÇÃO DE TELHAS E TIJOLOS

A fabricação de telhas e tijolos é uma das atividades alternativas, praticada por vários trabalhadores em Paus Brancos. O trabalho é feito com material da própria área (barro e água), de forma artesanal. Uma das vantagens oferecidas nessa atividade é exatamente o fato de não exigir muitos recursos, apenas técnica e o material que é abundante no assentamento. A fabricação de tijolos é feita ao ar livre mesmo, conforme pude ver na foto (anexo 1). Já para as telhas, é mais recomendável a construção de um galpão.

A Comissão Pastoral da Terra - CPT, tem incentivado esse trabalho em Paus Brancos. Essa atividade, na medida em que resolve uma questão essencial para os trabalhadores, também é uma forma de manifestação de

solidariedade, uma vez que é um trabalho feito em mutirão. Recentemente, os trabalhadores conseguiram, com o apoio da CPT, um pequeno financiamento internacional, em dinheiro, para a construção de um galpão onde serão fabricadas as telhas.

A fabricação de tijolos e telhas tem ajudado boa parte dos assentados a construir suas casas, que antes eram de taipas. Hoje, cerca de 40% das casas são de tijolos feitos na área (Cf. foto anexo 2). A construção de tijolos é vista por alguns trabalhadores do assentamento como uma forma de melhorar as condições de vida.

“O pessoal que estava batendo tijolos, quem queria e quem quer crescer e produzir, conseguiu melhorar as condições de moradia, porque teve os tijolos. Uma parte vendeu e se resolveu, em parte, a situação financeira, de alimentação e tudo mais se conseguiu controlar a economia da casa e ainda conseguiu construir a casa” (Severina, moradora e líder de Paus Brancos).

f) PERFURAÇÃO DE POÇOS

A perfuração de poços e a construção de barreiros têm sido uma forma de tentar sanar um dos maiores problemas do assentamento: a falta de água. Esse trabalho requer principalmente apoio financeiro para utilização de máquina para perfuração de poços. Os moradores de Paus Brancos paulatinamente vêm conseguindo resolver esse problema, com o apoio da CPT e do Patac, através de orientação e ajuda financeira, conseguidas com instituições filantrópicas internacionais. Em períodos mais difíceis, isto é, quando os moradores não tinham sequer o que comer, devido a seca e a falta de recursos para a manutenção própria, o

trabalho de perfuração de poços e limpeza de barreiros serviram para minimizar as dificuldades, principalmente porque as entidades de apoio conseguiram alimentação para os trabalhadores. Em alguns lotes se construiu barreiros de trincheira, com iniciativa do Patac, como pude ver no depoimento de uma moradora:

“...é tanto que esse projeto derradeiro, que foi de cavar barreiro de trincheira, sabe! Eu ainda cavei dois ali; meus barreiro tá cheio que é uma beleza. Aqueles barreiro é uma maravilha, é tanto que eu já tô fazendo outro agora. Zefinha já veio de lá e disse; Mãe, eu posso fazer outro aqui”. (dona Raimunda, moradora de Paus Brancos)

g) PEQUENOS NEGÓCIOS

É também uma das alternativas dos assentados em Paus Brancos, fazer pequenos negócios. Isto é, a venda de determinados produtos e pequenos animais. Os produtos são comercializados, boa parte, na comunidade mesmo e também na feira de Campina Grande e comunidades vizinhas ao assentamento. A venda de diversos produtos tem servido, para alguns moradores, para ajudar no orçamento familiar, os principais produtos vendidos, são : ovos, queijos e aves.

h) PROJETOS EM PARCERIA COM ONGs E ENTIDADES

Uma das principais formas de atuação dos mediadores no assentamento tem sido através dos projetos, isto é, assessorando os trabalhadores no tocante aos projetos que devem ser desenvolvidos no assentamento. Conforme constato, os projetos são tidos pelos moradores como uma das formas de manutenção dos trabalhadores naquele assentamento.

A Associação é responsável pela negociação de projetos para os diversos fins: produção, criação de animais, infra-estrutura, entre outros. As reuniões e assembleias da Associação geralmente têm sido para tratar de projetos junto ao governo, ou junto às organizações não-governamentais, Igrejas⁶ ou a CPT.

Muito embora tenham sido poucos, pode-se afirmar que os projetos têm sido também um dos principais motivos da permanência dos trabalhadores em Paus Brancos, exatamente por ter contribuído nos diversos aspectos: produção, infra-estrutura, organização, etc.

Os projetos conseguidos até o momento em Paus Brancos, com as respectivas entidades que os viabilizaram, foram os seguintes:

1- Perfuração de poços (CPT/PATAC)

2- construção e Limpeza de barreiros (CPT/PATAC)

3- Criação de Animais (Igreja Luterana/Patac)

3- Fabricação de telhas e tijolos (CPT)

4- Mudas de palmas e sementes (Estado)

7- Forrageira e bateadeira de cereais

⁶.Digo Igrejas porque a Associação oficial recebe apoio da Igreja Católica e também da Igreja Luterana, especialmente para financiamento de projetos.

Conforme percebi, os projetos conseguidos para o assentamento Paus Brancos, em sua maioria, foram através da CPT e do Patac. Por outro lado, as mudas de palmas e sementes, na verdade, foram ajudas conseguidas pelos trabalhadores do assentamento, por meio de pressão da Associação, junto ao Estado, criada logo no início do assentamento.

As Associações dos moradores de Paus Brancos têm se organizado para conseguir melhorias através de projetos governamentais ou não-governamentais. A diretoria da primeira Associação tem atuado basicamente com apoio da CPT de Campina Grande, a qual orienta os trabalhadores. Além da CPT, a Associação através do seu presidente, tem contado com o apoio do Patac e de órgãos governamentais: Interpa e Emater. Constatei que a principal forma de atuação da Associação local tem sido através de parceria com a CPT, visando benefícios para a comunidade como projetos para infra-estrutura e incentivo para a produção interna e comercialização, além de orientação política.

2.3. A INFRA-ESTRUTURA

Quando os trabalhadores chegaram em Paus Brancos havia, conforme Patac, 80% de mata nativa, com plantas típicas do Cariri e de infra-estrutura, nove riachos, uma cisterna grande, a “casa da fazenda”, dois poços artesianos, uma cocheira e uma pequena casa⁷. Aos poucos, conseguiram escola, Posto de saúde, energia (em parte da área) entre outras conquistas.

⁷ Cf. Retrato de Paus Brancos, p 61-63

Após nove anos de assentamento, os moradores de Paus Brancos ainda sofrem bastante com as péssimas condições de estradas, falta de água, falta de máquinas e equipamentos para o trabalho na agricultura; falta de energia elétrica na maior parte do assentamento (só tem energia no setor da casa da fazenda), falta de transporte, posto telefônico e de escola com mais condições para os alunos estudarem. As primeiras lutas, portanto, foram para garantir as condições básicas para permanecerem na terra: escola, posto de saúde, melhores estradas, condições para produção, etc.

2.4. A EDUCAÇÃO

A educação em Paus Brancos é um ponto que merece bastante atenção da comunidade e dos órgãos governamentais, ou mesmo por parte de quem está estudando a comunidade, uma vez que são vários os problemas existentes quanto a esse aspecto.

A comunidade possui uma escola de primeiro grau, conseguida após a criação da primeira Associação, com a ajuda de mediadores como a CPT e do Patac. A escola possui apenas uma sala de aula e uma professora, que também é a diretora da mesma, além de uma ajudante e de uma merendeira. A professora é Severina, esposa de seu Francisco, que é presidente da primeira Associação.

A escola, que funciona na casa da fazenda - residência do antigo proprietário - tem até a 4ª série do primeiro grau; atende a um total de 79 alunos, conforme informou-me a diretora. Sendo que 57 crianças estudam durante o dia e à noite estudam 22 adultos, que estão sendo alfabetizados. Essa escola pertence à rede pública do estado. Por outro lado, a professora e diretora da escola reclama bastante das péssimas condições de funcionamento e da falta de material básico para se ter

uma educação digna às crianças da comunidade, como: mais salas de aulas, livros, giz, carteiras...etc.

Um outro problema levantado pela professora e diretora da escola é a evasão escolar. São poucos os alunos que freqüentam as aulas assiduamente e muitos desistem durante o ano. Os principais motivos das desistências são a falta de incentivos por parte dos pais e o trabalho na agricultura. Conforme pude constatar, os pais preferem que os filhos, em idade escolar, ajudem no trabalho da roça, uma vez que o trabalho é intenso e a mão de obra é escassa.

Esse problema da evasão escolar tem servido também de pretexto para que o governo do estado não garanta benefícios para a escola, pois, segundo informações de Severina (professora e diretora da escola) *“o governo alega que só constrói outra escola ou pelo menos amplia a existente, se tiver um maior número de alunos matriculados”*. Por enquanto, a única ajuda do governo que a escola da comunidade recebeu foi a merenda escolar: mesmo assim, quando estive na área (julho de 96 já fazia três meses que a escola não recebia merenda.

“... Já faz uns três meses que a gente não recebe merenda e quando vem é pouca. Agora, o que a gente pretendia fazer mesmo era a construção da escola, só que com o número de aluno o governo não se propõe a fazer...” (Severina, diretora e professora da escola).

Segundo a diretora e professora da escola, durante o dia estão matriculados 57 alunos, mas estudando mesmo só têm 30. Em Paus Brancos têm uma média de 100 crianças em fase de estudar

Embora o número de alunos matriculados seja pouco, a comunidade tem muito mais alunos em fase de estudar, *só que não vêm, e “mesmo os que fazem a matrícula, não comparecem”*. Pude observar que o principal motivo da

evasão escolar foi o trabalho na agricultura. Por outro lado, pude perceber também que várias pessoas não valorizam a escola por duvidarem da capacidade da professora que é da comunidade, além de ser professora leiga.

Segundo pesquisas realizadas pelo Patac, a situação da educação em Paus Brancos, em 1990, era a seguinte, conforme o texto abaixo:

**“ A escola tem ao todo 76 alunos matriculados.
São trinta e sete pela manhã e trinta e nove a tarde.
Quinze dessas crianças são de outras comunidades.
Nem todas vão à escola.
Das 124 crianças de Paus Brancos, 48 não estudam.
Outras começam e logo desistem.
As dificuldades para estudar são muitas.
Os pais precisam dos filhos para trabalharem.
O sistema de ensino não é bom e faz as crianças aprenderem pouco.
Alguns pais desacreditam na professora.
O que é ensinado não ajuda na vida do campo.
O horário da escola não é bom. Falta mais escola e mais espaços.
Muitas vezes falta a merenda.
A escola fica distante para alguns.
A escola só tem até a quarta série.
Também têm crianças que não gostam de estudar. (Cf: Retrato de Paus Brancos, p, 29).**

Em 1996 foram matriculadas 57 crianças, mas até o período das entrevistas realizadas (julho de 96), apenas 30 estavam freqüentando as aulas. Comparado os dados do Patac, de 1990, com os de 1996, pude perceber que a realidade da educação em Paus Brancos piorou, pois, em 1990, das 124 crianças que haviam naquela época, apenas 48 não estudavam. Em 1996, conforme a diretora da escola, cerca de 100 crianças do assentamento estavam sem estudar.

Por outro lado, após nove anos de assentamento, os moradores de Paus Brancos ainda sofrem bastante com as péssimas condições da educação. A escola, que conseguiram no início do assentamento, funciona em condições precárias,

com apenas uma sala de aula, além de conviver com a falta de material como carteiras, livros, giz e merenda. Com isto, boa parte dos moradores da comunidade se sentem desestimulados para colocar os filhos na escola.

As outras dificuldades da comunidade, que já citamos aqui, fazem com que o problema da educação passe despercebido para vários moradores, de forma que as próprias lideranças preferem concentrar a atenção em outros obstáculos e em outras reivindicações para a área, como a luta para conseguir projetos de beneficiamento para melhorar as condições de trabalho na agricultura.

A luta por infra-estrutura, como: água, melhores estradas, máquina e equipamentos para o trabalho na agricultura; energia elétrica para o restante da comunidade, posto telefônico, transporte e principalmente comida, tem colocado os problemas da educação em último plano.

2.5. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A questão da produção e da comercialização em Paus Brancos, até o momento, tem sido bastante difícil, como reclamam os trabalhadores, por vários motivos. Primeiro porque a área localiza-se no semi-árido paraibano, onde o principal obstáculo é a irregularidade das chuvas. Com isso, nem sempre os agricultores conseguem colher o que plantam, pois, muitas vezes, perdem toda a produção devido a ausência de chuva no período certo.

“Agora, uma coisa que na parte da agricultura, o mais difícil prá gente é o problema da água. É a água, porque nesse período de inverno esse barreirinho que seca, a gente na seca

mesmo fica sem água”(Seu Francisco, presidente da primeira Associação).

Existem outros problemas relacionados a questões políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas, que afetam direta ou indiretamente a questão da produção e a comunidade como um todo. Vou elencar aqui alguns problemas, que pude constatar ao longo do tempo que acompanho Paus Brancos:

- 1) Falta de incentivo do governo para produção e comercialização;
- 2) Estradas de difícil acesso, de modo que nem sequer os agricultores podem transportar suas produções;
- 3) Poucas pessoas em cada família, para o trabalho - geralmente o chefe da família é quem mais trabalha na roça e, em determinados casos, a mulher e os filhos ajudam a plantar e a limpar o mato, mas são poucos;
- 4) Falta de equipamentos e de máquinas para ajudar no trabalho da agricultura; a maior parte das famílias trabalha apenas com enxadas;

A base da produção: feijão, milho, fava, verdura e legumes, serve apenas para o sustento das famílias que vivem em Paus Brancos. São poucos os que conseguem produção para a comercialização, devido as dificuldades apontadas acima.

Conforme levantamento realizado pelo Patac, que tem orientado os trabalhadores no tocante a produção alternativa “ já ficou provado que o clima e a terra de Paus Brancos são bons para plantar muitas coisas, mas os agricultores se agarram com o que já conhece e pouca gente cria coragem para plantar outras coisas. A maioria fica mesmo com o milho, o feijão e a fava. Mas o problema não é só o costume; também falta semente e braços para tanto trabalho. A semente não tem sido muito boa e a maneira de trabalhar não rende muito e as famílias têm poucas pessoas para o trabalho”(Cf : Retrato de Paus Brancos 1990: 9).

Este trecho retirado do livro do Patac, produzido com a ajuda dos moradores da comunidade Paus Brancos, deixa evidente as dificuldades da produção, após dois anos da chegada dos posseiros àquele assentamento. Como venho acompanhando todo o processo de luta e de organização da Comunidade Paus Brancos, pude perceber que pouca coisa mudou nesse assentamento, após nove anos, de modo que os trabalhadores continuam com poucas condições para produzir e para comercializar a produção. Embora tenham conseguido sementes para plantar e silos, os moradores de Paus Brancos continuam com dificuldades para o trabalho na agricultura, devido a falta de equipamentos e máquinas. Por outro lado, o pouco que se conseguiu já garante pelo menos a produção para a subsistência, isto é, já garantiu uma certa autonomia no tocante à produção.

Os dois mediadores, CPT e PATAC, que atuam na área, têm-se mostrado interessados em contribuir para que os trabalhadores dessa comunidade tenham melhores condições para produzir e para comercializar seus produtos. O Patac, por exemplo, tem desenvolvido atividades de orientação técnica, além de conseguir

projetos para perfuração de poços, ferramentas para o trabalho na agricultura, como: enxada, cultivadores, entre outras que foram distribuídas com os trabalhadores da comunidade.

Mas as dificuldades estão relacionadas também ao aspecto organizacional e cultural da comunidade. A questão do individualismo, por exemplo, é um fator complicador na vida da comunidade de um modo geral, de modo que até trabalhos que necessitam, principalmente da colaboração de todos, ou pelo menos da maioria, no tocante à produção, não têm dado muito resultado positivo, como é o caso das roças comunitárias. Alguns moradores reclamam que o principal problema está na divisão de tarefas, que, “ *nem sempre as pessoas que se propõem a ajudar, aparecem*”.

Outro problema quanto a produção em Paus Brancos é a questão das técnicas utilizadas pelos seus moradores no trabalho da agricultura. Neste sentido, o trabalho do Patac tem se preocupado na orientação para a utilização de técnicas alternativas como: plantação em curva de nível, fabricação de defensivos naturais para combater as pragas, etc. Para vários trabalhadores a dificuldade está na adaptação às novas técnicas incentivadas pelos técnicos do Patac, por vários motivos, tais como: o costume de utilizar técnicas que já vinham usando e falta de condições financeiras e materiais.

“Muita gente não fez o plantio em curva de nível por falta de interesse; tem outros que não o fez porque “empalha” mais um pouco, é uma planta mais vagarosa e outros que não fez é porque as condições não dá. Não tem com que fazer, porque a curva de nível é o seguinte: se a gente puder fazer no risco do cultivador é melhor do que a enxada, porque na enxada é muito complicado, né? (Abel, agricultor, citado in Mello 1995, p 81)

Assim, como nas várias comunidades rurais, os trabalhadores de Paus Brancos costumam recorrer a rezas, simpatias, promessas e superstições, como no dia de São José, por exemplo. Segundo eles, se não chover nesse dia é sinal de que “o inverno não vai ser bom”, então, não terão sucesso nos trabalhos da agricultura., geralmente o problema tem sido a falta de entrosamento entre trabalhadores e técnicos, de modo que os trabalhadores não conseguem adaptar-se às novas técnicas.

Como afirma Mello:

“Enquanto chegarmos numa determinada comunidade, com tecnologias apropriadas, não conseguiremos o encontro de vivências diferenciadas (a do camponês e a do técnico). Pode até ser que a tecnologia seja adotada, mas é no diálogo com os camponeses que se estabelece um processo educativo onde se trocam saberes e ignorâncias”(Mello 1995, p 78).

Outros problemas que afeta diretamente os trabalhadores do assentamento Paus Brancos são a falta de condições para a comercialização e a falta de transportes para o escoamento da produção. Os problemas relacionados a produção e a comercialização em Paus Brancos é resumido no texto seguinte, referente a 1990, que diz:

“A gente tem problemas com a falta de transporte para levar a produção até o ponto de venda. Se a comunidade tivesse um caminhão a produção poderia ser levada com mais facilidade. Atualmente a gente é obrigado a transportar assim: 45 famílias levam a produção na cabeça; 25 transportam em jumentos e 06 pagam para levar num caminhão. Mas a maioria de nós não produz bastante para vender... As famílias comem tudo o que produzem e só conseguem uma sobra e vendem na feira de Campina Grande ou prá Hermetério(fazendeiro da região) Muitos plantam milho, alho só para vender”(Cf: idem)

No momento a realidade não é muito diferente da apresentada em 1990. Embora tenha melhorado a situação da produção a mesma ainda não é o suficiente para a comercialização. Já quanto ao transporte, a situação continua a

mesma. Apesar de nove anos de assentamento, os trabalhadores ainda não conseguiram transportes próprios para o escoamento da produção.

2.6. A ALIMENTAÇÃO

A questão da alimentação em Paus Brancos é um outro problema bastante freqüente, pois está diretamente relacionada à produção agrícola. Quando é ano de chuva, os moradores da comunidade se alimentam melhor, por outro lado, no período de seca, a comida é pouca. Neste sentido, vários trabalhadores recorrem à caça, ao corte de lenha na mata, à venda de produtos como: ovos, pequenos animais, e outros. A principal alimentação dos trabalhadores da comunidade é feijão, fava, cuscuz, farinha, carne, peixe, legumes e verduras Conforme o Patac, outra dificuldade quanto a alimentação é que **Poucas famílias conhecem o valor dos alimentos; falta prá gente informações sobre o assunto, de como aproveitar melhor o que tem** “(Cf: Retrato de P. Brancos, 1990,p 35)

Quando realizamos as entrevistas (em julho de 96), era período considerado de fartura, devido ao inverno “que foi bom”, de modo que os moradores de Paus Brancos atualmente apresentam melhores condições de vida, diferentemente da apresentada em 1990, quando o Patac realizou uma pesquisa na área. Embora ainda com dificuldades, a maioria já consegue uma produção para a alimentação própria durante o ano. Com o apoio de entidades como o Patac e com a organização interna, os trabalhadores conseguiram silos para armazenar a produção, sementes e apoio técnico.

2.7. SAÚDE, HIGIENE E CONDIÇÕES DE VIDA

Nas várias vezes que estive em Paus Brancos pude perceber a realidade da área, nos diversos aspectos, e um dos que nos chamou a atenção foi a questão das condições de vida, especialmente no que se refere a moradia, saúde e higiene da comunidade. Após nove anos de assentamento, a maior parte das casas em Paus Brancos ainda são de taipas, cerca de 60%. As casas de alvenarias foram construídas através de um projeto para fabricação de tijolos na própria comunidade, desenvolvido com ajuda financeira conseguida através da CPT (vê anexo 1). As condições de higiene não são muito boas, devido a pouca quantidade de água, pois, boa parte da água da comunidade é suja e salobra. Com isso, **“o resultado é que pegam muitas doenças.”**

A pouca água existente, boa para consumo humano, fica muito distante, de modo que para consegui-la é preciso algum transporte, como carro ou carroça de burro.

“Nas casas e na escola muitas pessoas bebem água no mesmo copo. Isso ajuda a espalhar as doenças. A maioria de nós não abriu os olhos para ver que muitas doenças são provocadas por falta de higiene.” (Cf: Retrato de P.Brancos, p 38).

Na comunidade tem um Posto Médico, que funciona dois dias por semana com uma médica de Campina Grande. Mas o posto não tem infra-estrutura suficiente para atender melhor os pacientes e quando têm problemas de saúde grave na comunidade, as pessoas costumam recorrer aos hospitais de Campina Grande, que fica distante 42km de Paus Brancos. Por outro lado, a falta de transporte tem dificultado bastante, quando se precisa em casos de urgências. Nesse caso os moradores da comunidade costumam recorrer ao fazendeiro mais próximo da região.

Para resolver problemas de saúde mais comuns, como gripes, dor de cabeça, problemas de estômago, entre outros, os moradores do assentamento costumam se tratar com remédios caseiros, como: chá, lambedor feito de plantas medicinais.

As doenças mais comuns são causadas devido a má alimentação, tais como: verminose, dor de dente, dor de barriga, doenças de pele, alcoolismo e reumatismo, conforme levantamento feito pelo Patac.

“As crianças da comunidade são vacinadas na campanha do governo. Para curar as doenças a gente faz chá, lambedor, compressas e usa comprimidos. A gente crê no valor dos remédios caseiros. mas alguns preferem remédios da farmácia.”(Cf.: Retrato de P.Branco, p 36)

O problema da falta de condições de melhor alimentação, está também relacionado à cultura e a questões de higiene, como: falta de costume em lavar as mãos, falta de condições adequadas para armazenar os alimentos, etc. Quando estive em Paus Brancos pude perceber de perto essa realidade.

Capítulo 3. A organização interna dos trabalhadores de Paus Brancos

Logo que chegaram a Paus Brancos, em janeiro de 1988, os trabalhadores foram conhecendo as dificuldades para se viver na “nova terra”. As primeiras providências tomadas foram: organização de mutirão para limpar o mato e preparar o terreno para a construção de suas casas, enquanto se providenciava a distribuição dos lotes para cada família, através da FUNDAP (hoje INTERPA). Os trabalhadores construíram casas de taipas, aproveitando material disponível no local, e as cobriram com plásticos. Pouco tempo depois conseguiram telhas, através do Projeto NORDESTE. A demarcação e os lotes definitivos foram concluídos pela FUNDAP no início de 1989. Aos poucos foram se organizando internamente para conseguir infra-estrutura: água, sementes para plantar, ferramentas, escola, Posto Médico, energia, melhores estradas, etc. Nesse sentido, a comissão formada durante a luta pela terra e lideranças, com apoio de assessorias (CPT e Patac) iniciaram um processo de discussão para a organização da Associação dos moradores do assentamento. Esta foi, portanto, a primeira forma de organização interna dos trabalhadores do assentamento.

Formada a Associação, os assentados trataram de discutir os principais problemas e vê quais as primeiras providências a serem tomadas para tornar viável a vida em Paus Brancos, como: captar recursos governamentais para o trabalho na agricultura e serviços como Posto Médico, escola, energia, etc. Durante todo o processo de organização e luta dos trabalhadores, para conseguir recursos governamentais, com vistas à melhoria das condições de vida no assentamento, os mediadores (CPT e Patac) se fizeram presentes.

Em Paus Brancos as formas de resistência, que os trabalhadores têm encontrado para a permanência na terra, têm se dado a partir da organização interna e da parceria com entidades não governamentais (CPT e Patac). Nesse sentido, os moradores reconhecem a importância desses mediadores na área:

“Todas as equipes que vieram aqui trouxeram alguma coisa que a gente aprendeu, por exemplo, o Patac trouxe técnicas que ajuda a como a gente combater as pragas, ensinava como plantar em curva de nível; a CPT na parte religiosa, ela ensina como fazer encontro, articulação, ajuda em alguns projetos, tem também o governo, que as entidades como a Emater que também ajuda aqui...”(Sr. Francisco, pres. da Primeira Associação)

“O Patac deu uma força desde lá da Codorna, que apoiava a gente, ajudaram muito por sinal. Trouxeram os cultivadores, os barreiro, algumas feiras e até hoje estamos bebendo do poço, né?(...) A CPT eles deram muita força a agente, inda hoje eles dão. Eu digo a você assim, num é só força de trazer isso e isso não; qualquer coisa que eles têm passa prá gente. Tudo é ajuda. E chega aqui e orienta prá umas coisas que a gente não sabe...”(Mima, moradora de Paus Brancos)

Um dos principais motivos da criação da Associação em Paus Brancos foi a possibilidade de conseguir projetos governamentais para o assentamento. Após a criação da Associação, em julho de 1988, os trabalhadores se reuniram basicamente para tratar de projetos de financiamento para a produção e para conseguir infra-estrutura básica. Assim, passaram a se reunir mensalmente, em assembléias, para decidir quais os primeiros projetos que deveriam ser aplicados em Paus Brancos. Com o passar do tempo, e com a demora na vinda de projetos, os assentados, especialmente as lideranças, dividiam opiniões sobre a questão dos projetos e aí, a comunidade foi se dividindo aos poucos; de forma que, em 1995 foi criada mais uma Associação no assentamento. Assim, Paus Brancos, após sete anos de assentamento, passou a conviver com duas Associações. Para uma das agentes de CPT, que atua em Paus

Branços, um dos motivos da divisão da comunidade está na forma com que os projetos foram sendo encaminhados, isto é, sem um maior aprofundamento por parte dos trabalhadores sobre a viabilidade dos projetos governamentais e quanto a aplicação e gerenciamento dos mesmos no assentamento, pois, na ânsia de atender às necessidades imediatas, quando chegaram a Paus Brancos, os trabalhadores queriam qualquer projeto.

“...O que aconteceu em Paus Brancos foi o seguinte: primeiro foi formada a Associação no início do assentamento e foi um processo de reflexão, talvez não tão amadurecido, mas teve esse processo de reflexão; e o governo, através da Emater e de seus órgãos, que hoje é Interpa, começaram a colocar o seguinte: que vinha projeto prá isso, projeto práquilo, e o pessoal começou a encaminhar esses projetos: projeto de cabra, projeto de gado, meio mundo de projeto..., projeto de açude, num sei o que mais...só sei que esses projetos não apareceram. Aí, começaram as divergências e achar que o projeto não vinha por causa da Associação, que era por conta da Associação que não vinha os projetos e começou a grande divergência”(Dorinha, CPT de Campina Grande -PB).

A segunda Associação é presidida pelo agricultor Abel Adão da Silva. Essa Associação tem como principal parceiro o Patac, que tem orientado os trabalhadores do assentamento a desenvolver experiências com banco de sementes, roça comunitária e banco de ferramentas, além de ajudar na construção de uma sede própria para a nova Associação. O principal ponto de divergência no assentamento, que resultou na criação da nova Associação, foi a questão dos projetos governamentais, isto é, a entrada de recursos, através de projetos, para o assentamento como pude notar no depoimento do presidente da nova Associação:

A gente não queria as duas Associações não, mas foi obrigado a gente fazer outra, porque a gente via Paus Brancos se acabando a cada dia e a gente não queria que isso acontecesse assim. Eu queria vê Paus Brancos bem administrado, bem desenvolvido. É muito ruim a gente tá

num lugar e num vê ele andar prá frente(...) aí a gente foi lá, fez uma reunião com todo mundo que queria o projeto prá desenvolver esse lugar. Aí a gente fomo prá lá. A gente foi, cobrou do presidente o que é que ele podia fazer prá gente... Aí, quando a gente chegou lá ele disse que não assinava. Aí a gente disse, pois, vamo botar a Associação em dia, porque então vamo fazer outra”(Abel, presidente da Associação recente)

Para o presidente da primeira Associação, os projetos governamentais nem sempre trazem bons resultados para o assentamento, especialmente se os assentados não estiverem “preparados” para administrá-los. Um dos projetos mais discutidos nas assembléias da Associação tem sido o Procera - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o qual é destinado especialmente para os trabalhadores das áreas de assentamentos. Trata-se de um projeto de apoio financeiro para incentivar a produção agrícola no assentamento. Sobre o Procera, Seu Francisco (presidente da primeira Associação) afirma:

“Eu, prá mim mesmo eu acho que não tem vantagem. Eles mostram uma vantagem muito grande no projeto mas eu não acho não. A gente vê os fazendeiro grande, que se metem em banco, eles perde tudo o que tem, quanto mais a gente que não tem nada”(entrevista realizada em 16 de julho de 1996)

Com o surgimento de mais uma Associação no assentamento, embora esta segunda não o represente de fato, uma vez que a maioria dos assentados ainda pertence a primeira, os órgãos governamentais que atuam na área (Inkra e Interpa) suspenderam o Procera. As falas seguintes nos dão uma idéia do impasse e da polêmica estabelecido:

“Vem o projeto do governo, como esse projeto agora do Procera, quer dizer: dinheiro, tirar dinheiro pro povo trabalhar, comprar isso, comprar aquilo. O projeto pode ser individual, mas só com assinatura da Associação... de lá”(Sr. Zé Bento, dissidente da Associação oficial)

“...No começo eles concordaram. No dia da reunião eles concordaram, e quando foram simhora eles... pronto. Aí ficou em nada”(Sr. Zé Bento, da nova Associação)

“...Ele disse que não assinava mais”(dona Raimunda, da nova Associação)

“Vale à pena, porque disse que esse projeto só vai prá área de assentamento. Eles (os trabalhadores) acham importante que quer pegar o dinheiro prá comprar os objetos... Eles (da primeira Associação) não aceita projeto. Nós querendo o projeto, a maioria querendo, mas eles não querem o projeto. Eles fazem uma briga de qualquer jeito”(Abel, pres. da nova Associação).

- O que é que eles alegam mais?

- Abel. “É porque bota aquela confusão na cabeça deles; diz que é o governo que vai tomar a terra. O governo já tomou a terra prá gente, como é que ele vai tomar a terra? “

“Um dia viero pedir os papel da Associação, sei lá, os livro, e o povo num quis entregar. E queriam que Seu Francisco mais Seu João de Cota assinasse um projeto, como eles num quis assinar aí foi um rolo tão grande aí que eu pensei que ia haver briga. Pois disseram: Agora vamo fazer outra Associação. E fizeram mesmo...”(Mima, moradora de Paus Brancos)

É através da Associação mais antiga, que são decididas e

encaminhadas as propostas que visam o melhoramento da comunidade como um todo.

A mais recente Associação, conforme pude constatar, não tem o respaldo da maioria dos moradores do assentamento. Conforme resposta do questionário aplicado aos moradores de Paus Brancos, a Associação mais antiga é vista como a principal instância de mediação entre os trabalhadores daquele assentamento, apesar de ter pouca participação dos assentados nas assembléias.

Embora com dificuldades, os moradores em Paus Brancos reconhecem a importância da Associação para a solução dos seus problemas. Por outro lado, conforme mediadores e moradores, as divergências e os conflitos internos são os principais problemas, quando se referem à organização:

“Um dos grandes problemas da comunidade Paus Brancos, o problema mais grave é a organização deles. No momento que eles conseguirem romper com as divergências e internamente caminhar, os outros problemas vão ser fáceis de caminhar. O grande problema prá mim, hoje em Paus Brancos, em termos de organização, são as divergências que existem lá dentro (Dorinha, CPT de Campina Grande, 17/julho/1996)

“...A importância é que a terra não é tudo, e quando se luta por terra o povo luta num só objetivo. Quando o povo ganha a terra o povo se divide, porque cada um já pensa que tem o mundo, e que vai intricar...” (Maria Paulo, agente de CPT que atua em Paus Brancos).

Quando indaguei como viam a existência de duas Associações no assentamento, a maioria dos entrevistados se mostraram contrários, embora participem de Associações diferentes.:

“Eu mesmo sou da velha, desde que cheguei aqui. Eu já tô aqui puxado por eles, né? Esse pessoal deu uma força, mas era quando tava tudo junto.”(Severina Araujo, moradora de P. Branco)

“Acho errado, muito errado...”(Sr. Manuel, vice pres. da Associação oficial)

“É errado porque enfraquece a comunidade. Depois que foi feita a outra ficou mais difícil de conseguir as coisas prá comunidade, prá todo mundo”(Sr. Francisco, presidente da Associação oficial)

“É muito errado, né? Eu acho que seja. Agora que a verdadeira mesmo é essa aí, a primeira. Lá em cima pode vogar, mas a verdadeira mesmo é essa aí”(Terezinha, moradora de P. Brancos)

“Eu acho que seja uma coisa muito errada, porque num pedacim de terra desse tamanho ter duas Associações. Num era prá existir isso não”(Mima, moradora de Paus Brancos)

“O que eu achava mió dessas Associações era muito mió que vingasse prá cada um tomar conta de seus lote e pronto, porque passa prá uma e passa prá outra, num presta. É pior.

Num sei como é uma coisa dessa”(Sr. João Araújo, morador de P. Brancos)

Muitos moradores do assentamento Paus Brancos deixaram de participar da Associação alegando que “só tem briga” na mesma. Boa parte das pessoas pesquisadas afirmou que “a comunidade é desunida, “o povo é individualista”, “falta união”. Afirmações desse tipo revelam a realidade no tocante a Associação, as diferentes concepções e interesses.

“Às vezes eu vou e às vezes me desgosto e não vou, porque quando a gente chega lá num tem paz(...) Você chega aí e só tem briga. Aí eu me desgosto e às vezes eu nem vou “(dona Otaciana, moradora de Paus Brancos).

“Tá faltando todo mundo se unir mais, porque nós precisa de muita coisa aqui... de energia, de transporte, de condições prá trabalhar melhor. Porque eu acho que todos nós tem que se unir, prá debater junto, combinar junto e decidir junto”(Maria Isabel, moradora de Paus Brancos).

As dificuldades existentes, especialmente no que tange às condições para produzir e problemas como a falta de água, de melhores estradas, entre outros, tem sido objeto de discussão e debates entre trabalhadores e lideranças. Por outro lado, conforme podemos perceber nas falas dos moradores, o problema maior tem sido a desunião.

Os trabalhadores, na ânsia de resolverem os problemas mais urgentes, como a necessidade de alimentos, falta de água, etc, não conseguem ver a Associação como um espaço ou oportunidade para a exposição de idéias e amadurecimento ou afirmação de interesses coletivos. Desta feita, quando não conseguem entendimento/consenso quanto aos projetos, geralmente a culpa recai sobre o presidente da Associação, exatamente por delegarem todo o poder ao mesmo e pensarem que o presidente é quem tem que “arranjar” os projetos.

As “brigas” ou desentendimentos são naturais em quaisquer espaço democrático e nem sempre as reuniões são suficientes para se discutir e se decidir sobre os diversos problemas do assentamento. Com isso, quando não conseguem, muitos desanimam ou procuram resolver seus problemas individualmente. Em situações desse tipo, Ribeiro, ao analisar experiências de Associações no interior de Minas Gerais, afirma:

“As realizações concretas não significam a existência de administrações milagrosas, e nem sempre a participação efusiva dos associados resolve os problemas prementes. Muitas vezes o que se consegue em termos concretos (como: projetos de incentivo a fabricação de telhas e tijolos, perfuração de poços, entre outros⁸) deve-se a ações que são sustentadas por um grupo de lideranças ou por um número de animadores de grande força de vontade, que insistem diante das marés de desafios que enfrentam a cada dia” (Ribeiro 1994: 46)

Mesmo diante de problemas como divergências, divisão, etc, boa parte dos assentados concorda que a Associação tem sido importante para a conquista de benefícios e projetos. No questionário a maioria afirmou que a comunidade tem resolvido os problemas a partir da Associação, isto é, 16% numa amostra de 17% da população.

Nesse sentido, pode constatar que, embora os moradores de Paus Brancos demonstrem pouco interesse em participar efetivamente das discussões da Associação, os mesmos ainda a têm como capaz de resolver determinados problemas do assentamento, pelo menos os mais imediatos (como benefícios através de órgãos governamentais ou de ONGs: sementes para plantar, cultivadores, palma, e

⁸ Grifo nosso

outras conquistas importantes para a coletividade como: escola, Posto Médico, energia (em parte do assentamento), etc.

“A Associação, na maior parte das vezes, pode ser a saída para uma conversa que já esgotou. Quase sempre o caminho é: conversa, concentração num problema e por fim, possibilidades de solução. Em boa parte dos casos, a Associação surge como uma das possibilidades de solução do problema. Às vezes a Associação pode ser mais um problema, e o pessoal decide continuar com as organizações da comunidade e famílias que já existem.” (Ribeiro 1994, p 46).

É comum as divergências e conflitos se agudizarem com a institucionalização de uma forma de poder como a Associação. Com isso, vários trabalhadores, quando estão no assentamento, tendem a julgar a Associação como culpada pelos fracassos, desavenças e desuniões. Neste sentido, determinados trabalhadores até acham melhor que não existisse Associação, referindo-se ao período da luta pela terra com um certo saudosismo, como pude perceber na fala seguinte de uma das moradoras de Paus Brancos.

“...O fracasso, vou dizer com todas as letras: prá mim o maior fracasso da comunidade de Paus Brancos foi depois que foi construída essa Associação, ficou uma divisão...Ficou aqueles, como se diz, querendo ser os maiores, outros ficando mais por fora. Eu acho que seria melhor se não tivesse essa Associação, porque, talvez aí o povo tentasse aquela mesma maneira de antigamente que agente tinha. Tudo que a gente ia fazer iam todos, ne?”(Zefinha, moradora de Paus Brancos, citado in Mello 1995: 73)

“O que eu achava mió dessa Associação era muito mió que vingasse mesmo era prá cada um tomar conta de seus lote e pronto; porque passa prá uma, passa prá outra, num presta. Num sei como é uma coisa dessas”(Sr. João Araujo, morador de Paus Brancos).

Em 1996, um dos principais problemas, quanto a organização dos assentados, em Paus Brancos, foi a falta de participação na Associação. Com isso, os dirigentes da Associação foram levados a decidirem sozinhos determinadas questões como pequenos projetos, sem uma maior discussão com a maioria dos associados, o que ficou difícil, na opinião dos dirigentes.

“...Porque, quando é prá resolver, somente duas pessoas se prontificam a ajudar, que é Francisco e Seu Manuel; e fica eles na responsabilidade de resolver o que vier”(Severina, esposa do presidente da Primeira Associação)

“...só é quando se consegue é quando vai, ou sendo Francisco, presidente, ou outra pessoa, mas quando vai ele respaldado pela comunidade e consegue as coisas. Mas agora o pessoal não tá comparecendo as reuniões. Aí, só vai e quando vai nem a Associação estão pagando(...) Aí ficou difícil prá gente. Aí nunca mais se conseguiu nada, a não ser só em casos pessoais, através dele (Francisco), conseguiu ajuda prá comunidade, mas só através dele”(Severina, esposa do presidente da Primeira Associação)

É comum na realidade dos assentamentos a existência de interesses diversos e divergentes. Conforme Esterici et alli (1992:9)

“Apesar da heterogeneidade das formas de inserção diversas na produção, das diferenças de recursos e trajetórias, os momentos anteriores ao “assentamento” estimulam o consenso, tendendo a minimizar os conflitos internos. O contrário acontece no momento do “assentamento”, quando se explicitam e se agudizam diferenciações de várias ordens: referem-se tanto à trajetória de vida quanto de alinhamentos políticos à constituição de unidades produtivas (famílias com capacidade de trabalho e necessidade de consumo diferenciados), assim como à “origem”.

A Associação no assentamento consiste num canal, reconhecido oficialmente pelos órgãos governamentais, de entrada de recursos materiais e financeiros. A fraca ou pouca participação dos assentados/associados nas reuniões e assembléias da Associação pode indicar a fraca organização política no assentamento, que pode estar relacionada a falta de clareza dos próprios assentados e de suas lideranças do que seja uma Associação e do seu papel na comunidade.

Em Paus Brancos pude constatar que a pouca participação dos trabalhadores na Associação deve-se a fatores como: descrédito por parte dos associados, devido aos poucos projetos conseguidos; interesses divergentes e particulares; falta de mais entrosamento entre lideranças e associados, etc. Por outro lado, devido as dificuldades surgidas para se dirigir a Associação, poucas lideranças se dispõem a ficar à frente dessa forma de representação. Com isso, ocorre que as poucas lideranças tendem a se perpetuarem à frente como dirigentes, como é o caso da atual direção da primeira Associação.

Em geral as Associações têm se preocupado fundamentalmente com a obtenção de recursos para o assentamento, através de projetos para a solução de problemas, como: infra-estrutura, produção e comercialização; visando a melhoria das condições de vida na comunidade. Todavia, não tem havido uma maior preocupação no tocante à formação, incentivo à participação política e à conscientização dos assentados. Por outro lado, a falta de uma maior participação política dos assentados, na Associação, tem permitido que as decisões políticas mais importantes (como a decisão de projetos para o assentamento) sejam tomadas à revelia da comunidade como um todo, isto é, as lideranças da Associação "resolvem" sozinhas o que deveria ser decisão de todos.

Capítulo 4 - AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO

4.1 - A atuação da CPT em Paus Brancos

A história de luta e organização dos moradores que hoje estão em Paus Brancos é marcada por momentos que demonstram a existência de sinais de autonomia e dependência, especialmente entre mediadores e trabalhadores. A partir do momento em que os trabalhadores decidiram lutar por terra, para trabalhar e viver, percebemos sinais de autonomia, tais como: a decisão de procurar apoio, a organização para permanecer na terra, as negociações com o governo, as denúncias na imprensa, etc. Por outro lado, a presença dos mediadores ainda hoje em Paus Brancos, nos permite formular as seguintes hipóteses:

- c) a autonomia dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos é construída a partir da parceria com mediadores;
- d) a organização interna, indispensável em qualquer luta, sofre influências direta e indiretamente dos mediadores;
- e) os mediadores (CPT e Patac) têm tido atuações decisivas na história de luta e de organização dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos;
- f) a presença freqüente dos mediadores CPT e Patac, em Paus Brancos, favoreceu aos assentados na conquista de benefícios necessários à permanência na terra, especialmente nos primeiros momentos do assentamento.

Sem dúvida, como pode acompanhar os principais passos da organização dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos: luta pela terra e luta na terra, pode constatar que os mediadores CPT e Patac, por estarem presentes freqüentemente junto aos trabalhadores do citado assentamento, exerceram fortes

influências em momentos como: negociações com o governo para a compra da terra e para a obtenção de recursos governamentais e não-governamentais, na formação de grupos, na organização das Associações, no trabalho comunitário, etc.

A CPT é sempre referência, em Paus Brancos, quando se fala em organização na comunidade, principalmente com relação a luta por infra-estrutura. Para se ter uma idéia, no item 8.0 do questionário aplicado, apenas três dos doze que responderam o questionário, não conheciam bem os trabalhos da CPT na área, mas pelo menos já ouviram falar da CPT, relacionando-a com a Associação local e com a Igreja. Num total de doze, cinco relacionaram esta Pastoral a: reuniões com a Associação, projetos e orientação política e religiosa. Três relacionaram apenas à parte religiosa e afirmaram que *“essa Pastoral não faz nada na área”* (até porque essas pessoas pertencem ao grupo dissidente). Conforme dona Raimunda, uma das lideranças dissidentes da primeira Associação *“...A CPT tá lá, mas é com Maria Paulo. Ela tá mais é com Severina, da outra Associação”*.

A CPT de Campina Grande, se articula no assentamento pesquisado, com doze pessoas que formam o “grupo de Base” de CPT local; inclusive uma das agentes da equipe de CPT de Campina Grande também faz parte desse grupo, além do presidente da primeira Associação, (Francisco), Severina, Maria Isabel, Mima, Seu Manuel, João de Cota, entre outros moradores.

“...A CPT tem um grupo de doze pessoas lá, então, esse grupo de doze pessoas, qualquer coisa que tem, passa informação prá gente, o resto né? O grupo de doze, como se fosse assim uma coordenação ampliada. E com um grupo de cinco famílias, tem uma coordenação mais pensada. Então, a gente se encontra conforme a realidade, prá cada assunto...” (Maria

Paulo, agente de CPT de Campina Grande, atua em Paus Brancos)

Conforme informações da CPT, esse grupo de base se reúne esporadicamente, a partir de necessidades, como: preparar celebrações, festas, novenas e discutir melhorias para a comunidade. Geralmente esse grupo se reúne quando Maria Paulo está presente na área e quando a CPT de Campina Grande precisa se reunir para tratar dos problemas do assentamento, então, convida as lideranças desse grupo para a participação de encontros de formação, ou até mesmo para participarem do encontro das áreas de conflitos do estado, que é realizado mensalmente pela CPT estadual, ou ainda, para ir a algum órgão público tratar de projetos para o assentamento ou outros assuntos de interesse da comunidade Paus Brancos.

Uma das moradoras da comunidade, que participa desse “grupo de base” de CPT, deixou bem claro em seu depoimento, a influência dos agentes de CPT em Paus Brancos, especialmente quando se trata de reunir as lideranças do assentamento.

“Ela traz de tudo (Maria Paulo), aí, passa para o pessoal, depois, ela vai embora e deixa prá seu Francisco marchar. Enquanto ela tá dizendo aquilo ali, todo mundo tá escutando, aí, quando ela vai embora, que deixa prá seu Francisco passar o resto, vem ninguém? Num vem mais ninguém...” (Mima, moradora e membro do grupo de CPT de Paus Brancos).

Outra moradora, dona Maria Isabel, referindo-se a atuação da CPT em Paus Brancos, afirma o seguinte:

“...é, quando Maria Paulo vem, marca e a gente se reúne. Sempre a peça fundamental é ela...”(Maria Isabel, moradora e membro do grupo de base CPT).

Essas falas nos permitem perceber que a participação da CPT em Paus Brancos, principalmente através de Maria Paulo, uma das agentes que ali atuam, tem sido decisiva em determinados momentos. Nesse sentido, depreende-se que a CPT exerce influências sobre os moradores desse assentamento e sobre a sua organização. O fato do grupo se reunir somente quando Maria Paulo vai a esse assentamento, deixa claro um sinal de dependência e/ou comodismo.

O “grupo de base de CPT” de Paus Brancos, se reúne praticamente para discutir os principais problemas do assentamento: falta de infraestrutura, falta de incentivo à produção e, também, para tratar de assuntos relacionados a Igreja ou a fé: prepara celebrações e missas, novenas, encontros de formação, etc. Um outro dado evidente da influência da CPT em Paus Brancos é que as principais lideranças do assentamento, isto é, os dirigentes da primeira Associação, pertencem ao “grupo de base de CPT”. Com isto, nota-se uma íntima relação entre Associação, lideranças e a CPT.

A fala de um dos moradores do assentamento nos permite perceber um duplo papel de Maria Paulo, bem como aponta essa agente como a principal liderança no assentamento, vejamos:

“Olhe, a comunidade da igreja é muito boa, ajuda a gente em todo canto, em tudo o que a gente quer ela ajuda sempre; Maria Paulo é uma das parte principal que nós temos aqui; chega com as orientações, a gente bate papo, nós conversa, nós tudo junto, sem precisar de certa agonia, sem precisar de

certa desunião..., é tudo dentro do amor e da amizade...”(Sr. João Inácio, morador de Paus Brancos)

Todos esses depoimentos retratam, a atuação da CPT em Paus Brancos e o lugar que a mesma ocupa na representação social dos seus moradores. A CPT não deixa de ser vista como parte da Igreja, o que faz jus ao seu “P” de Pastoral, uma vez que ela é mesmo da Igreja. Por outro lado, nota-se a confiança que vários trabalhadores depositam nessa Pastoral, principalmente na pessoa de Maria Paulo.

Por ser da Igreja, a CPT adquiriu bastante confiança para atuar na comunidade Paus Brancos, de forma que é sempre referência, quando se fala em reuniões para discutir melhorias para o assentamento:

“...E outros projetos em andamento que têm é através da CPT, através de Pe. Frederico, que ele levou o projeto de uma máquina forrageira, uma bateadeira de cereais e prá gente terminar a construção do poço a CPT começou... No início da luta era o pessoal com uma participação em alimentação, em dinheiro, em tudo que precisasse, como advogado, em tudo. Foi uma participação completa.”(Severina, liderança de Paus Brancos)

“...Maria Paulo é um braço forte da CPT. Tudo no mundo que ela tá sabendo, ela vem e orienta a gente: (Mima, moradora de Paus Brancos)

“... A CPT tem um grupo de trabalho aqui, junto com Maria Paulo”(Maria Isabel, moradora de Paus Brancos)

A partir dessas falas, podemos perceber que a CPT representa um forte aliado dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos. Depreende-se também que esta Pastoral, por estar presente em vários momentos da vida e da organização dos trabalhadores, exerce uma certa influência sobre as decisões políticas das lideranças no que se refere a projetos, estilo de organização, as reivindicações, etc.

O grupo de base de CPT de Paus Brancos costuma se reunir para discutir os diversos problemas do assentamento, à luz da fé e da política, conforme pude constatar. O grupo se reúne com uma certa frequência para preparar celebração, novenas ou tratar de assuntos urgentes, relacionados ao assentamento e à sua organização política e social. A questão de projetos para ajudar na produção, na comercialização ou na infra-estrutura, visando melhorias para a comunidade, são exemplos das necessidades que reúne o grupo de base da CPT em Paus Brancos.

“...A gente sempre discute assim, vamo supor, problema de transporte, problema de energia, problema de trabalho e essas coisas assim, sempre tem um grupo prá debater isso...”(Maria Isabel, moradora de Paus Brancos, membro do grupo de base de CPT local).

“...Olhe, a comunidade da Igreja é muito boa, ajuda a gente em todo canto, em tudo o que a gente quer ela ajuda sempre. Maria Paulo é uma das partes principal que nós temos aqui; chega com as orientações, a gente bate papo, nós conversa, nós tudo junto...”(Sr. João Inácio, morador de Paus Brancos)

Por ser da Igreja, instituição notadamente respeitada e admirada, principalmente no meio rural, a CPT, através de seus agentes de Pastoral adquiriu bastante confiança dos assentados para atuar como um “serviço de apoio” em Paus Brancos. Por outro lado, devido a carência de formação dos trabalhadores e lideranças e a necessidade de negociar e buscar melhorias para a comunidade junto aos órgãos do Estado, os agentes de CPT têm atuado frequentemente como orientadores e interlocutores em determinadas situações, por exemplo, negociação para viabilização do Procera, entre outros. Na ficha de campo destaco essa intermediação da CPT da seguinte forma:

“Ontem, 27/08/96, Dorinha, agente de CPT de Campina Grande, acompanhou alguns trabalhadores do assentamento Paus Brancos até o Interpa - Instituto de Terras da Paraíba - para tratar da viabilização de um projeto para o citado assentamento. Conforme me informou a agente de CPT, essa audiência com o presidente do Interpa foi marcada pela CPT, à pedido dos dirigentes da Associação oficial de Paus Brancos. Na audiência estiveram presentes os seguintes trabalhadores/lideranças de Paus Brancos: o presidente e o vice da Associação(Francisco e Manuel), Mima e Maria de Bigode. Pela CPT estavam; Dorinha e Maria Paulo.”

A participação dos diversos mediadores em Paus Brancos, de forma geral, tem sido referente aos aspectos político, social, técnico, cultural e religioso. Os principais mediadores são a Igreja, que atua principalmente através da CPT, e o Patac.

Um dos elementos marcantes na luta dos trabalhadores de Paus Brancos tem sido a presença da Igreja Católica, através de setores considerados progressistas como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, padres, religiosos e leigos, que se identificam com os trabalhadores do campo e apoiam as suas organizações e lutas.

4.2 - OS MEDIADORES E SUA PARTICIPAÇÃO

A IGREJA COMO ESPAÇO POLÍTICO-RELIGIOSO DE INTERVENÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES: A CPT

A participação da Igreja, através de agentes pastorais, padres, religiosos, junto aos trabalhadores do campo, une fé e política na luta pela terra. Assim, através da Igreja, os trabalhadores que hoje estão em Paus Brancos externaram sua posição e sua luta perante a sociedade, de forma que, como afirma Regina Novaes:

“Foi através dos agentes ligados a Igreja que muitos trabalhadores adquiriram um nível de percepção dos mecanismos da sociedade. Antes, por seu isolamento, muitos não tinham sequer o conhecimento das leis que os poderiam beneficiar ou das regras de comportamento que deveriam violar. E, neste sentido, é a partir da atuação destes mediadores que se colocam as justificativas e a disposição de luta”⁹

O apoio da Igreja à luta dos trabalhadores de Paus Brancos inicia na Paróquia de Bodocongó, em 1986, quando foi criada a Pastoral Rural, hoje CPT. Os primeiros passos da luta dos trabalhadores do citado assentamento, portanto, deve-se ao apoio da Igreja que, através do Padre Cristiano, Pároco de Bodocongó, formou uma comissão que se incumbiu de tratar dos problemas dos trabalhadores do campo na Diocese de Campina Grande, especialmente da área que abrange a paróquia de Bodocongó. Antes da criação da Pastoral Rural, em 1986, a paróquia de Bodocongó atuava junto aos trabalhadores do campo através de uma comissão formada pelo Padre Cristiano, por professores e leigos, que realizava reuniões, visitas e encontros nas áreas rurais da cidade, como: São José da Mata, Capim Grande, Sítio Lucas, etc. O trabalho da Igreja, portanto, conforme afirma o Padre Cristiano, era para

⁹. Cf. NOVAES, 1985: 244.

“ajudar aos trabalhadores na solução de seus problemas relacionados à agricultura, através de cursos de formação, sobretudo na orientação religiosa”.

Assim sendo, em 1986, a partir da paróquia de Bodocongó, foi criada a Pastoral Rural para cuidar especificamente da ação Pastoral da Diocese de Campina Grande junto aos trabalhadores do campo. Em 1988 a Pastoral Rural passa a se chamar Comissão Pastoral da Terra - CPT.

A nível Nacional, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, foi criada em 1975, em Goiânia - Goiás, através de bispos, padres, leigos e intelectuais. O surgimento desta Pastoral deve-se a setores progressistas da Igreja Católica, tendo em vista a situação de pobreza e miséria dos trabalhadores do campo do Brasil, agravada com a Ditadura Militar.

Considerando o aumento da miséria no Brasil, especialmente na Amazônia e nos Estados do Nordeste, a Igreja reconhece as desigualdades sociais e as injustiças praticadas contra o trabalhador rural a partir do desenvolvimento capitalista e da “militarização do campo”¹⁰. Com isso, a CPT surge defendendo a Reforma Agrária como uma das formas de garantir a cidadania do trabalhador rural. Com o surgimento da CPT, a Igreja Católica no Brasil, assume uma prática social voltada para os interesses do homem do campo, marcando assim, a mudança das idéias e concepções quanto a questão agrária no país, no interior desta instituição. Deve-se registrar que a hegemonia dos setores progressistas no interior da Igreja não eliminou a

¹⁰. Termo utilizado principalmente por José de Souza Martins, ao analisar a questão agrária no país no período da Ditadura Militar. Refere-se a forma com que os governos militares passaram a tratar o campo brasileiro. Cf.: a Militarização do campo no Brasil...

ala conservadora que, persistentemente, se opôs ao posicionamento político em defesa dos mais fracos.

“A Amazônia pôs a Igreja diante da evidência de que o capital e o desenvolvimento capitalista maciço, ao contrário do que se supunha, podiam criar problemas sociais de tal gravidade, que se equiparavam ou superavam os gravíssimos problemas da miséria rural do Nordeste. Até então, o conjunto das idéias que norteavam as concepções e ação da Igreja em relação a questão agrária estavam centralizadas no princípio de que o progresso provocaria a equitativa distribuição dos bens, isto é, o próprio capital poderia resolver a questão agrária” (Martins 1994: 125)

A ação da CPT fundamenta-se numa teologia que se apoia nas ciências sociais, isto é, utiliza conceitos das ciências sociais para se inserir no mundo: a Teologia da Libertação.¹¹

No que se refere ao campo, a CPT se baseia numa “Teologia da Terra”, construída a partir da Teologia da Libertação, numa tentativa de estabelecer uma ligação entre a Teologia e os problemas do campo. Neste sentido, tem-se a terra como espaço sagrado, isto é, como “dom de Deus”¹² e como base da sociedade. Nesta concepção teológica une-se fé e vida a partir de valores cristãos, como: solidariedade, paz, justiça, união, igualdade e outros.

A atuação da CPT no campo tem também como referência os resultados do Concílio Vaticano II (1965) e da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968). Esses acontecimentos marcaram a mudança

¹¹ Cf. Boff, Leonardo, Igreja Carisma e Poder, Petrópolis, Vozes, 1985. Catão, Francisco, O que é Teologia da Libertação.

¹² Cf. Documento Santo Domingo, São Paulo, Paulinas, 1992, p 157 e seqs.

da Igreja em relação a sua inserção no mundo. Na esteira desses acontecimentos surgiram, portanto, as pastorais sociais como CPT, Pastoral Operária, Pastoral dos Migrantes, e outras, além das Comunidades Eclesiais de Bases - CEBs.

Nos primeiros anos de sua existência, a CPT atuava exclusivamente nos conflitos de terra, apoiando os trabalhadores em suas organizações e luta pela reforma agrária; denunciando a concentração fundiária como responsável pela violência no campo. Por outro lado, um dos principais objetivos desta Pastoral, conforme Ivo Poletto, é *“contribuir para que os camponeses e trabalhadores rurais construam suas próprias organizações sem dependência ou tutela de quem quer que seja”* (Poletto 1985, p 53). Isto significa garantir a autonomia dos trabalhadores, que é um dos desafios para a própria CPT.

Na Paraíba o envolvimento da Igreja com as questões do campo se deu através da Pastoral Rural, sob o incentivo de Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Cavalheira (Novaes et alii 1984 : 64-65). Sobre os primeiros passos da CPT no Estado, Frei Anastácio afirma:

“... A CPT tem oito anos (na Paraíba), antes era Pastoral Rural, então, é o que aconteceu nos últimos 22 anos... a grande preocupação nossa, em João Pessoa, de Hermínio, minha, era reunir, articular um pouco o Estado; então, foram padres como o padre de Barra de Santa Rosa, Padre Cristiano, no Sertão, os italianos tavam em Cajazeiras, então, a gente tentava se reunir para vê a nível de Estado como se articulava um pouco, é tanto que quando em 75 a CPT Nacional esteve aqui na Paraíba, através de Ivo Poletto e se reuniu com a gente, solicitando da gente se encontrar. Quer dizer: criar a CPT. Então a nossa resposta a CPT foi o seguinte: olha, a gente gostaria primeiro de articular um pouco a Pastoral Rural do Estado da Paraíba; a gente precisa se articular um pouco prá poder criar uma CPT...” (Frei Anastácio, CPT da Paraíba. entrevista concedida em 24 de julho de 1996))

A Pastoral Rural se articulou aos poucos no estado, inclusive em Campina Grande, com base numa “visão ruralista”¹³ da sociedade e privilegiando o campo como “espaço natural de comunhão” e de solidariedade entre os homens.

Nesse contexto, a atuação dos agentes desta Pastoral se dá portanto, numa perspectiva política e religiosa, colocando-se ao lado dos trabalhadores que lutavam pela reforma agrária no Estado. Os conflitos de Alagamar, Camucim, no litoral paraibano¹⁴, tornaram-se históricos, devido a força e resistência dos trabalhadores e ao apoio da Igreja através do Arcebispo, de padres, leigos e religiosos. (Novaes 1985: 212)

Em 1988, a Pastoral Rural se tornou oficialmente em CPT, inserindo-se no Regional Nordeste II¹⁵ (formado por Paraíba, Pernambuco, R. G do Norte e Alagoas). Hoje a CPT da Paraíba tem um papel bastante expressivo nesse Regional, destacando-se pelo seu trabalho nos conflitos e assentamentos.

¹³ É a maneira de perceber a terra como base para a sociedade. Isto é, resolver os problemas gerais da sociedade a partir da reforma agrária. Esta concepção é bastante criticada por diversos intelectuais, como Cândido Grzybowski, por exemplo. Conforme esse autor, essa “visão ruralista” prejudica a luta pela terra e limita a percepção da sociedade (Cf. Grzybowski, Caminhos e Descaminhos dos Movimentos sociais no Campo, Petrópolis, Vozes - 1990).

¹⁴ Para uma maior compreensão sobre esses conflitos, consultar: Novaes, Regina, A Igreja e a Questão Agrária na Paraíba, in Paiva et alii, Igreja e Questão Agrária no Brasil, São Paulo, Loyola, 1985. Vê ainda, Novaes Regina, De Corpo e Alma: Igreja, classes sociais e conflitos no campo, tese de doutorado, USP, 1989.

¹⁵ Estruturalmente, a CPT adota a mesma organização da CNBB. Além da direção Nacional, a CPT organiza-se por “Grandes Regiões”, que são Norte, Nordeste, Noroeste, Sul e Centro Oeste. As “Grandes Regiões se subdividem em “Regionais”. A CPT tem, hoje, 20 regionais constituídos formalmente. A sua composição é feita por todas as pessoas que trabalham ativas e diretamente na Pastoral em favor dos trabalhadores rurais e que estejam ligadas à entidade. A maioria dos Regionais tem sua área de atuação restrita a um Estado da Federação; porém, existem alguns que abrangem mais de um Estado: O Regional Araguaia -Tocantins, que compreende o Estado de Tocantins e a Prelazia de São Félix do Araguaia - MT; o Regional Amazônia-Roraima; o Regional da Bahia-Sergipe; o Regional Nordeste, que compreende os Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e R.G do Norte; e o Regional Pará-Amapá”. (Cf. Debate e Formação, Caderno Nº 2, Estrutura Organizativa da CPT, 1994)

Para Frei Anastácio, coordenador da CPT na Paraíba, a principal preocupação da CPT no Estado é com a organização dos trabalhadores nos conflitos e assentamentos, procurando “envolver a sociedade civil “na luta pela Reforma Agrária:

“...Nosso trabalho se concentrava nos conflitos de terra. Nós éramos solicitados para acompanhar os conflitos. Nós éramos como bombeiros, até por uma necessidade. Os trabalhadores eram ameaçados de expulsão. Então, sabendo que existia a CPT, ou através de outros trabalhadores que já conheciam, então nos convidava para a gente ir lá(...) A gente ajudava no sentido do acompanhamento de assessoria jurídica, de ajudar nas reivindicações, né? Elaboração de documentos, abrir espaços, caminhos para o pessoal reivindicar (...) Hoje a CPT, ela se volta muito mais a partir da necessidade, para de fato abrir espaço, ajudar aos trabalhadores sem terras, sem ter uma intervenção na sociedade (...) A luta não pode ser uma luta da CPT, nós temos que envolver a sociedade civil como um todo... apesar de tudo, a gente tem que envolver a sociedade civil como um todo”(Frei Anastácio, entrevista realizada em 24/08/96)

Nessa busca de “envolver a sociedade” a CPT atua de diversas maneiras, nos conflitos e assentamentos. No caso de Paus Brancos, nota-se a preocupação da CPT em fortalecer a organização dos trabalhadores, através da orientação política e religiosa. Neste sentido, a CPT realiza atividades como: cursos de formação, reuniões, acompanhamento, planejamento, além de orientar os trabalhadores em negociações e elaboração de projetos.

Hoje a CPT organiza-se por regionais e atinge praticamente todos os Estados da Federação. Quanto as suas linhas de ação a CPT prioriza a luta pela Reforma Agrária, denuncia a violência no campo¹⁶ e a impunidade, seguindo as

¹⁶ A CPT Nacional publica anualmente um relatório sobre os conflitos no campo no Brasil. Conforme dados desta Pastoral, em 1995 foram computados 554 conflitos no Brasil: “440 de terras, 21 de trabalho escravo e 93 trabalhistas, sindicais, de seca ou de política agrícola. Nos conflitos de 95 estiveram envolvidas 381.086 pessoas.” (Cf: Conflitos no Campo Brasil 95, São Paulo, Loyola, 1996:

diretrizes da CPT Nacional. As principais diretrizes, ou linhas de ação, da CPT Nacional são decididas na Assembléia Nacional desta Pastoral, que é realizada de dois em dois anos, e são definidas com base na conjuntura econômica, política e social do país. Para 1995 - 1997, foram definidas na X Assembléia Nacional da CPT, 6 linhas de Ação :

1. Luta pela terra e na terra;
2. Luta pelos direitos dos trabalhadores;
3. Protagonismo da Mulher;
4. Formação e informação;
5. Fé, Ecumenismo e diálogo inter-religioso;
6. Solidariedade internacional¹⁷

*“... A CPT Nacional ela tem linhas; a sua Assembléia traça linhas, conforme a sua realidade. Se é dada essas linhas gerais, mas a gente segue e nós aqui na Paraíba temos tentado seguir as diretrizes que é traçada em Assembléia Nacional, aonde temos representação, temos a participação.
“(Frei Anastácio, Entrevista em 24 de julho de 96)*

A presença da CPT nos conflitos e assentamentos tem sido cada vez mais intensa, prestando apoio logístico e jurídico aos trabalhadores, denunciando a violência no campo, etc. Desta forma, os conflitos e as reivindicações dos trabalhadores ganham “existência social” e respeito, principalmente quando a Igreja é representada pela figura máxima de sua hierarquia, o Arcebispo, como aconteceu em conflitos diversos, a exemplo de Alagamar e Camucim (Novaes 1985) e, mais recentemente (1996), no conflito da fazenda Gomes, localizada no Brejo paraibano.

8). Na Paraíba, em 1996, a CPT deste Estado elaborou um documento, destacando a violência no Campo no Estado. Este relatório foi apresentado na CPI da Assembleia Legislativa.

¹⁷ Cf. Terra e Mística frente ao Projeto de Exclusão, Caderno Debate & Formação, Nº 4, CPT, Goiânia, 1995: 20.

No caso da Paraíba, ao atuar como mediadora no campo, apoiando as organizações dos trabalhadores, a CPT possibilita que a sociedade tome conhecimento dos casos de luta pela conquista da terra e, assim “influencia a opinião pública” e pressiona direta e indiretamente as autoridades para a solução dos conflitos¹⁸.

O assentamento é, para a CPT, a possibilidade de “criar uma nova sociedade” a partir do acesso a terra. Nesse sentido, os agentes de CPT atuam com base numa proposta educativa, estimulando a participação e a consciência coletiva, com base em valores já citados como solidariedade, união... Com isso surgiram os roçados comunitários, incentivados pela Igreja.

Em 1973, a partir do conflito de Alagamar e Camucim, no litoral paraibano, a Igreja, através da Pastoral Rural, incentivou os “roçados comunitários” nos conflitos e assentamentos, como forma de garantir a permanência dos trabalhadores na terra.

Experiências desse tipo também encontramos em assentamentos como Paus Brancos, logo que os trabalhadores foram assentados. O roçado comunitário é considerado por setores da Igreja, e por trabalhadores, instrumento de organização e resistência, principalmente nos conflitos. (Novaes et alii 1984; 64-98)

¹⁸.Em 1996 a CPT acompanhou cerca de 184 conflitos, direta e indiretamente. Alguns desses já foram solucionados, com o assentamento das famílias envolvidas, garantida com a imissão de posse. Nesse caso, a CPT continua acompanhando os trabalhadores nos assentamentos, agora para garantir a permanência na terra no tocante a produção, comercialização, infra-estrutura, etc. Dentre os vários conflitos solucionados estão: a fazenda Acauã, no Município de Aparecida, as Imbiras I, II e III, Cabaças, Chã do Balsamo, em Alagoa Nova e Massaranduba.

Assim, como em várias experiências já realizadas em conflitos e assentamentos, o roçado comunitário não trouxe muitos resultados positivos em Paus Brancos, devido a problemas como divergências de interesses, individualismo e comodismo dos trabalhadores, após a conquista da terra., porém, serviu como instrumento de “conscientização”, na opinião de lideranças da CPT e do assentamento Paus Brancos.

No momento do conflito, o trabalho coletivo trouxe resultados positivos, servindo para unir mais os trabalhadores na luta e favorecer uma consciência de solidariedade a partir da terra. Essa solidariedade é ainda estimulada pela CPT através de encontros, reuniões, manifestações públicas pela reforma agrária, dentre outras atividades¹⁹. Conforme o Frei Anastácio:

“... nós temos proposta também de ajudar os trabalhadores serem solidários na luta, como também depois da luta. Quer dizer: os trabalhadores são motivados a se solidarizar com áreas de conflitos, e com as ocupações, e por isso eles hoje garantem 10% da alimentação nos acampamentos, são garantidos pelos pequenos produtores, isso é, alimentados, animados pela gente, pelo menos na Arquidiocese de João Pessoa” (Frei Anastácio)

Hoje, a CPT da Paraíba tem equipes na Arquidiocese de João Pessoa - onde se localiza a coordenação estadual - na Diocese de Campina Grande, e ainda nas Dioceses de Cajazeiras, Patos e Guarabira.

¹⁹ A CPT costuma realizar mensalmente o “encontro das áreas de conflitos”. Esses encontros são planejados no início de cada ano e objetivam discutir as principais questões pertinentes aos conflitos e assentamentos. Tais encontros contam com diversos trabalhadores rurais de áreas de conflitos e assentamentos (média de 80 pessoas em cada encontro).

A CPT atua junto aos trabalhadores de Paus Brancos desde a época do conflito do Serrotão. Em Paus Brancos esta Pastoral atua através de duas agentes pastorais. Essas agentes visitam os trabalhadores desse assentamento pelo menos uma vez por mês e assessoram diretamente a primeira Associação. Uma das agentes desta Pastoral possui também um lote na área e ainda atua como agente Pastoral da Paróquia de Bodocongó.

4.3 A AUTONOMIA NA LUTA

A autonomia dos trabalhadores e de sua organização no processo de luta pela terra deve ser vista como a capacidade de se organizarem, decidirem o que consideram melhor nos diversos momentos de sua caminhada. Essa autonomia é fruto de processos como: confronto de idéias, busca de afirmação de interesses, na relação com os demais mediadores.

O uso do poder de decisão, por parte dos trabalhadores, em momentos como: confronto com representantes do Estado, negociação com entidades e órgãos governamentais e não-governamentais e na própria organização interna dos mesmos, representa sinal de autonomia. Como afirma Brito:

“A capacidade do movimento em produzir suas lideranças nascidas e coladas à sua base de ação dispostos a saber jogar com os “benefícios” do Estado, tem contribuído para a autonomia do movimento e a eficiência de sua ação” (Brito 1989: 95)

Entendemos, portanto, que a autonomia se dá no processo de tomada de decisão e na busca para atingir determinados objetivos, presentes nas relações com os diversos mediadores. Na relação com a Igreja e com a sociedade como um todo, os trabalhadores tem demonstrado capacidade em definir os rumos principais de sua luta, isto é, a ação coletiva dos trabalhadores, principalmente quando apoiados pelos mediadores, tem demonstrado eficiência a partir do momento em que souberam afirmar seus interesses e objetivos, como afirma Castoriadis:

“É que a autonomia não é eliminação pura e simples do outro, do discurso do outro e sim a eliminação desse discurso onde o outro não é material indiferente, porém, conta para o conteúdo do que ele diz, que uma ação intersubjetiva é possível e que não está fadada a permanência inútil ou a violar por sua simples existência, o que estabelece como seu próprio princípio” (Castoriadis 1982: 129)

Se a autonomia se dá a partir da relação social, isto é, da relação com o outro, depreende-se que o confronto de interesses e idéias entre indivíduos ou grupos é um processo de descobertas. Com isso, podemos afirmar que a relação estabelecida entre os trabalhadores rurais e seus mediadores é uma relação de autonomia e dependência.

A organização dos trabalhadores na luta pela terra e na terra, apresenta diversas situações de autonomia e dependência: autonomia quando os trabalhadores decidem o que consideram melhor, no confronto com os mediadores, especialmente quando negociam com o Estado. Por outro lado, a dependência está na própria necessidade de apoio de órgãos e entidades para superarem as dificuldades e resistirem na luta para garantir a cidadania.

Nesse sentido, a relação entre trabalhadores e mediadores permite a troca de experiência, de “saberes e ignorâncias”, de descobertas e afirmações de interesses, o que favorece a autonomia e conseqüentemente, o exercício da cidadania. Destaco, portanto, na luta dos trabalhadores de Paus Brancos a maturidade que foram adquirindo, o processo de autonomia e de conscientização.

A maturidade se dá no processo de reivindicação, negociação, reuniões (onde se dá o confronto de idéias e propostas), na solidariedade e na resistência durante os diversos momentos considerados mais tensos, tais como: o despejo e o confronto com o proprietário. Com isso, a organização dos trabalhadores se fortalece, de modo que a luta pela terra torna-se também um processo educativo. O surgimento de novas lideranças, o engajamento dos trabalhadores nas organizações (Associações, partidos, sindicatos, etc) são, portanto, frutos de lutas como a luta pela terra. No assentamento Paus Brancos, por exemplo, várias lideranças que hoje ali vivem, surgiram a partir da luta pela terra.

A dinâmica dos conflitos sociais no campo tem propiciado aos movimentos sociais e, aos próprios trabalhadores, importantes conquistas de espaço e o exercício da cidadania. A organização cada vez mais intensa dos trabalhadores, o surgimento de novos “sujeitos coletivos”²⁰ e a utilização de novas estratégias de luta (ocupação de órgãos e logradouros públicos, negociações com representantes do

²⁰ Os sujeitos coletivos são grupos de trabalhadores, os quais se identificam na luta como, por exemplo, sem-terras, ribeirinhos, seringueiros, sem teto, etc. Isto é, a partir do momento em que os trabalhadores se identificam, com base em necessidades coletivas e se organizam por categorias, para lutarem por seus direitos, nesse momento são sujeitos coletivos ou sujeitos políticos. (Cf. Cunha Bocaiuva e Veiga, Novo Vocabulário Político V 1, Rio de Janeiro, Vozes, Fase, 1992).

Estado, romarias, etc) têm permitido também aprendizagem, respeito e principalmente o aumento de sua politização.

Entendo por politização²¹ a capacidade apreendida pelos trabalhadores no enfrentamento de diversas situações, as quais exigem pelo menos um certo entendimento dos mecanismos da sociedade e do funcionamento de suas instituições, órgãos ou repartições (como burocracia, negociações, interesses diversos, etc). É o poder de “negociar” com segurança, determinação e clareza dos objetivos da luta desencadeada (como a luta por terra e por condições de trabalho). A politização é também um aprendizado, através da relação estabelecida entre trabalhadores e mediadores.

A partir de reuniões, assembléias, audiências com representantes do Estado, mobilizações pela desapropriação da terra, idas à imprensa, entre outros momentos, os trabalhadores e lideranças aprendem a lidar com as dificuldades enfrentadas, e assim exercem a sua cidadania, isto é, os trabalhadores se organizam, denunciam as dificuldades, criadas pela falta de decisões políticas, pela concentração fundiária, pela política de concentração de riquezas, etc, e exigem das autoridades as condições necessárias para trabalhar e viver.

A politização dos trabalhadores se revela principalmente quando precisam decidir o que fazer perante situações tais como: propostas apresentadas nas negociações, no contato com os mediadores, na denúncia diária de sua situação ou

²¹ Segundo Aurélio, “politização” “é o ato ou efeito de politizar” e “politizar” significa “inculcar a (certas classes ou categorias sociais) ou (indivíduos dessas classes) consciência dos deveres e direitos políticos dos cidadãos que as compõem preparando-os para o livre exercício deles.”

mesmo através de manifestações públicas, no apoio aos novos conflitos, nos mutirões, dentre outros momentos.

Os momentos da luta tais como o “Serrotão”, a “Codorna” e a ocupação da Praça da Bandeira em Campina Grande, representaram etapas que favoreceram o crescimento e o fortalecimento da organização dos trabalhadores. Por outro lado, a atuação dos mediadores junto aos trabalhadores de Paus Brancos, tem facilitado a estes nas suas negociações com o Estado, visando benefícios para o assentamento.

A participação da CPT em situações como: ida aos órgãos governamentais para intermediar nas negociações, ao lado dos trabalhadores, nos permite a seguinte reflexão:

- a) a CPT ao assessorar os trabalhadores, e ao intermediar nas negociações com órgãos governamentais, empresta o seu apoio moral (por ser da Igreja e também por ser reconhecida por sua atuação no diversos conflitos e assentamentos) e favorece o reconhecimento social e político da organização e luta dos trabalhadores;
- b) A dificuldade dos trabalhadores em lidar com a burocracia dos órgãos governamentais para resolver seus problemas como: projetos de financiamento, recursos para incentivar a produção, infra-estrutura, etc, é superada com a presença e orientação dos agentes de CPT;
- c) a posição clara de setores da Igreja Católica, de apoio aos trabalhadores do campo (como a CPT em Paus Brancos) tem favorecida aos trabalhadores a saírem do isolamento e da situação de “não-cidadania”, como afirma Novaes:

“O “isolamento” e a não-cidadania” do campesinato são elementos essenciais para explicar o fato de o reconhecimento social das lutas do campo depender via de regra da atuação de mediadores - pessoas ou instituições - socialmente aceitas, ou seja, o reconhecimento social e político das lutas camponesas

está diretamente vinculado à existência de um elemento “externo” que os libere da teia de relações de dependência pessoal e os arranque do localismo que lhes é fatal” (Novaes 1985: 209)

Neste contexto podemos afirmar que a CPT, exatamente por fazer parte da Igreja, instituição reconhecida socialmente, não deixa de representar para os trabalhadores um “Poder simbólico, que é exercido com a cumplicidade dos moradores do assentamento Paus Brancos”:

“O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que lhes estão sujeitos ou mesmo que os exercem” (Bourdieu 1989: 7-8)

Essa citação de Pierre Bourdieu, nos ajuda a refletir sobre a atuação da CPT no campo, principalmente em Paus Brancos.

A partir do momento em que a CPT é convidada para participar dos principais momentos da vida da comunidade P. Brancos, pode-se considerar que esta Pastoral exerce um poder sobre essa comunidade; o que não quer dizer que isso seja necessariamente ruim ou maléfico. O que quero dizer é que, considerando o Poder ou um determinado poder que a CPT exerce sobre os trabalhadores da comunidade Paus Brancos (até mesmo porque se ela não tivesse nenhum tipo de poder ela não estaria lá, ou não seria convidada para mediar determinadas situações como: reuniões da comunidade, audiência, órgãos governamentais, reuniões da Associação, entre outros), ela provoca um certo comportamento da comunidade ou dos moradores da comunidade, isto é, ela influencia no comportamento dos trabalhadores em Paus

Branços, nas suas decisões políticas e na religiosidade, o que não aconteceria, evidentemente, se essa Pastoral não atuasse nesse assentamento.

Se a CPT não mediasse as reuniões dos trabalhadores dessa comunidade junto a órgãos governamentais como INTERPA, ou ao governo do estado, ao Patac e à própria Associação da área de Paus Brancos, evidentemente que o comportamento da organização dos trabalhadores da comunidade seria diferente da que tem hoje. Não estou afirmando que seria pior, mas sim, diferente.

A participação da CPT junto aos moradores da comunidade Paus Brancos fundamenta-se a partir de interesses de ambos os lados, assim como a participação de qualquer outro mediador. Há interesses por parte dos trabalhadores, que visam melhoria para a comunidade e para cada um individualmente e, por outro lado, há interesses diversos da CPT e de seus representantes, militantes ou funcionários, como por exemplo: interesses em lutar para que seus princípios de fé, esperança, solidariedade cristã sejam entendidos pelos trabalhadores e pela sociedade em geral; interesses em garantir a reforma agrária para os trabalhadores porque acredita que só assim o povo terá cidadania de verdade e a sociedade viverá melhor e em paz. Enfim, são vários interesses que poderíamos elencar aqui referentes a CPT, a Igreja e aos trabalhadores.

Portanto, no campo da luta dos interesses encontram-se trabalhadores da comunidade Paus Brancos e agentes de CPT, isto é, entre mediadores e mediados. São exatamente os interesses comuns ou afins que aproximam um do outro, ou seja, CPT e Paus Brancos.

É também nessa troca de interesses que há o entrosamento, hegemonia ou dominação de um sobre o outro. Nesse sentido, é importante refletirmos aqui sobre autonomia, poder e dependência, elementos estes que encontramos na relação estabelecida entre a CPT e os trabalhadores do assentamento Paus Brancos.

A hegemonia ou poder da CPT em Paus Brancos é reconhecida pelos órgãos do Estado, quando a CPT atua como mediadora nas negociações (seja para tratar de projetos ou para outros fins); o que sem dúvida, favorece os trabalhadores e lideranças, em suas lutas por melhores condições de vida. Nesse sentido, afirma Frei Anastácio, representante da CPT do Estado da Paraíba:

“Eu acho que, na Paraíba, se não tivesse a ação da CPT, eu digo sem orgulho, mas se não tivesse, acho que os trabalhadores seriam massacrados no Estado. Eles iam lutar, mas seria muito difícil. Acho que na Paraíba ela tem uma intervenção e ela é uma referência(...) A CPT, por causa de uma conjuntura, ela se torna uma referência pra os trabalhadores; o que não devia. Nós deveríamos ajudar os trabalhadores, está aí com eles nessa reflexão, sendo uma testemunha de Igreja” (Frei Anastácio)

Tais depoimentos demonstram também a carência dos trabalhadores do campo, quanto às condições de uma maior organização e quanto a uma maior **autonomia**. Claro que a maioria dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos sabe o que precisa na área, principalmente no que se refere a infra-estrutura, mas, também, embora tendo duas Associações na área, onde se discute os problemas do assentamento e as formas de buscar melhorias para a comunidade, nota-se que o pessoal fica na dependência de mediadores como a CPT, a ponto de ficarem esperando a presença dos agentes desta Pastoral, para juntos discutirem soluções para

os problemas da comunidade, para ir aos órgãos governamentais, a fim de que essa Pastoral sirva como interlocutora nas negociações.

Nos objetivos²² da CPT, pude perceber a preocupação com a autonomia dos trabalhadores, de modo que a atuação dos agentes desta Pastoral em Paus Brancos tem se pautado na tentativa de estabelecer uma relação com os trabalhadores que não crie dependência e comodismo.

Nas entrevistas com representantes da CPT, podemos perceber a preocupação com a autonomia dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos. As duas agentes de CPT que atuam nesse assentamento apontam como principal problema para a autonomia dos trabalhadores as divergências internas e a divisão estabelecida, que resultou em mais uma Associação:

“No momento que eles conseguirem romper com as divergências e internamente caminhar, os outros problemas vão ser fácil de caminhar. O grande problema, prá mim, hoje em Paus Brancos, em termos de organização, são as divergências que existem lá dentro. Prá mim é um grande problema. Aí, depois vem os problemas da comunidade, da área, que é a questão de beneficiamento das posses; é semi-árido e o pessoal precisa ter investimento; o pessoal precisa ter dinheiro prá plantar palma; o pessoal precisa ter apoio do governo pra ter pequenos criatórios de cabra; o pessoal precisa ter incentivo prá fazer o poço, prá vê a questão da água... Por isso, que eu digo prá você que o maior problema não é esse; é uma das dificuldades, agora, a dificuldade existe por conta da divergência interna. A partir do momento que solucionar esse problema, que é um grande problema, os outros eles vão ter mais força de lutar, de reivindicar, de conseguir...” (Dorinha - CPT- CG).

²² Os principais objetivos da CPT são: “1) Viver na solidariedade e com criatividade o serviço Pastoral ecumênico das igrejas cristãs aos pobres da terra, para que a possuam em paz e a façam produzir para bem de todos e de todas; 2) Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos excluídos da terra e o respeito de seu direito à diferença; 3) Celebrar em comunidade a fé no Deus da terra e da vida e animar a esperança dos pobres da terra.” (Cf. Conflitos no Campo Brasil 95 - CPT, São Paulo, Loyola, 1996, p 49)

A outra representante da CPT de Campina Grande, que também atua em Paus Brancos, falando da importância da CPT na área, destaca a questão das divergências e do papel da CPT no assentamento, afirma:

“...A importância é que a terra não é tudo, e quando se luta por terra o povo luta num só objetivo. Quando o povo ganha a terra o povo se divide, porque aí, cada um já pensa que tem o mundo e que vai inricar e que tem o PODER. É isso. Infelizmente é a nossa sociedade... assim. Nós fomos educado pra isso, sendo INDIVIDUALISTA. Só na hora do aperto é que..., então, o objetivo da CPT é justamente de procurar unir. Aí, todas as divergências que há no assentamento, mas de se unir com o objetivo de fraternizar. Então, por isso que a CPT acompanha... Porque, quando se parte pra organização e também pra exigir as promessas do governo, que promete energia, água, escola, não sei o que, muitas coisas..., que o governo promete..., vê, só tem pessoas dentro lá que vai querer exigir as coisas pra mim, (quer dizer, pra si). Aí, a assessoria da CPT é pra que tudo que for arrumado seja pra um todo, seja pra todos e não pra um só crescer dentro do assentamento e depois machucar os outros. É isso que a CPT sempre lutou, é pela igualdade e a fraternidade. Então esse é o objetivo, por isso que a CPT acompanha...” (Maria Paulo - CPT - C.Gde).

Como um “serviço da Igreja, a CPT baseia sua atuação de apoio aos trabalhadores na medida em que os próprios trabalhadores se identificam com os trabalhos desta Pastoral e assumem suas lutas por melhores condições de vida.

Nesses nove anos de existência do assentamento Paus Brancos muita coisa já se passou; experiências foram postas em prática, seja dos agricultores que ali vivem, seja de seus mediadores como a CPT. Como toda pessoa ou grupo social é antes de tudo um sujeito histórico em inter-relação com a sociedade e com os outros indivíduos ou grupos, a CPT, evidentemente, influencia e é influenciada nesse

processo. É a partir dela que se forjam determinados grupos sociais, por outro lado, ela assimila determinados comportamentos da comunidade em que atua. Desta feita, a ação da CPT em Paus Brancos tem muito a ver com a autonomia da organização dos seus moradores, assim como a atuação do Patac.

Na verdade, também são constantes as referências a outros mediadores como o Patac. Essas duas organizações (CPT e Patac) são sempre lembradas pelos moradores de P. Brancos, de uma forma ou de outra, até porque é evidente a atuação dos mesmos junto aos trabalhadores desse assentamento, pois, ambos já conseguiram projetos para ajudar os trabalhadores dessa comunidade, tais como: silos, para armazenar a produção; material para a agricultura, como enxadas, cultivadores, por parte do Patac; incentivos financeiros para fabricação de tijolos, por parte da CPT; material para perfuração de poços e alimentos. Por fim, as principais conquistas dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos, contaram com a participação direta e indireta da CPT e do Patac. Essa forte participação dos mediadores (CPT e Patac) em Paus Brancos, levou-me às seguintes questões, durante a pesquisa em Paus Brancos, relatada na ficha de campo:

Em certos momentos, enquanto estava no campo, me perguntava até que ponto a participação, muitas vezes massiva da CPT e do Patac em Paus Brancos, foi bom para a organização dos trabalhadores dessa comunidade? Será que os trabalhadores se viciaram a ponto de só esperarem por um ou outro mediador pra conseguirem alguma coisa para melhorar a vida das pessoas que ali vivem? Será que o pouco de infra-estrutura que P. Brancos já conseguiu não teria conseguido se esses mediadores não tivessem na área constantemente ?

Essas e outras perguntas sempre vinham à tona quando os trabalhadores se referiam a CPT ou ao Patac e, muitas vezes, relacionando diretamente aos projetos como, por exemplo: “o Patac deu as sementes”, ou, “a CPT ajudou nos tijolos”. Declarações desse tipo geralmente nos levam a noção de dependência, de poder e de respeito, entre outras coisas.

Percebi na comunidade que os seus moradores, em sua maioria, se referem aos seus mediadores: CPT e PATAAC, sempre na esperança de que eles consigam algum benefício para o assentamento, isto é, para cada um deles, pelo menos indiretamente.

A confiança que boa parte dos moradores de P. Brancos depositam na CPT revela também a existência de relações de afinidades entre ambos e, por outro lado, não deixa de revelar uma certa dependência por parte da comunidade, principalmente quando precisam negociar com órgãos do governo, visando benefícios.

Evidentemente que a comunidade Paus Brancos, através da Associação, não espera somente que a CPT apareça na área para dar apoio nas negociações, pois, de alguma forma podemos notar sinais de autonomia na comunidade. Geralmente o presidente da primeira Associação, uma das principais lideranças da comunidade, procura as agentes da CPT para que oriente a Associação nos projetos; mas, também, a Associação já conseguiu projetos sem a orientação desta Pastoral, perante a Igreja Luterana, que ele faz parte.

“... Eu consegui também, através da Igreja Luterana, um projeto, na época foi obrigado a gente vender porque eles, os bois, tavam aperreando muito. Aí a gente foi e vendeu”(Francisco, presidente da primeira Associação)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Paus Brancos deve ser entendida como a história da permanência de uma luta, isto é, a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores que ocuparam o “Serrotão”, depois a fazenda “Codorna” e a Praça da Bandeira, em Campina Grande e, finalmente, em 1988, foram para o assentamento Paus Brancos.

A luta pela terra foi, para os trabalhadores de Paus Brancos, luta por um direito fundamental para viverem: o direito à terra. Foi também um processo educativo, de politização, conscientização, de forma que os trabalhadores aprenderam com as dificuldades e necessidades criadas no decorrer da luta.

Já em Paus Brancos, a luta continua, agora para se garantir a permanência na terra, resistindo às dificuldades de adaptação à nova terra, onde a irregularidade das chuvas e o solo não oferecem facilidades para os assentados plantarem e viverem. A primeira dificuldade encontrada em Paus Brancos, pelos trabalhadores, foi o acesso à fazenda, pois as estradas são de barro, de modo que, quando chove, fica impossível chegar a Paus Brancos de carro. Por outro lado, a falta de água ainda continua sendo um dos grandes problemas para os moradores do assentamento.

A falta de infra-estrutura básica, para os trabalhadores viverem em Paus Brancos, exigiu a criação urgente da Associação dos moradores do assentamento. A criação da Associação, conforme vimos, se deu sem uma maior

discussão por parte dos assentados, uma vez que o Estado, através do PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, exigia que a Associação fosse criada para que os trabalhadores de Paus Brancos pudessem receber incentivos governamentais para o trabalho na agricultura, para a saúde, educação e infra-estrutura em geral.

Com a demora na chegada dos projetos governamentais para o assentamento gerou-se um clima de difícil convivência entre as suas principais lideranças, de modo que foram surgindo as divergências, as “brigas” e confusões. Com isso, em pouco tempo, a comunidade passou a conviver com duas Associações. Teve também participação nessa história, os mediadores, CPT e Patac, os quais, de certa forma, foram se envolvendo com as lideranças do assentamento e com os seus problemas.

Um dos elementos fundamentais, na história da luta e organização dos trabalhadores do assentamento Paus Brancos, foi a presença dos mediadores, CPT e Patac. Esses mediadores se fizeram presentes nos vários momentos da vida dos trabalhadores de Paus Brancos, desde a luta pela terra à luta na terra. A história dos trabalhadores do citado assentamento não pode ser entendida sem os seus mediadores, pois, com o apoio deles, os trabalhadores conseguiram conquistar a terra e, ainda hoje esses mediadores continuam assessorando-os, nas negociações com os órgãos governamentais, na formação, além de terem conseguido pequenos projetos para a comunidade, através de instituições internacionais.

A relação estabelecida entre trabalhadores do assentamento e seus mediadores é marcada por sinais de autonomia e de subordinação. Isto porque,

em determinados momentos, podemos perceber uma forte dependência dos trabalhadores em relação a CPT e ao Patac, especialmente quando precisam de mais formação, de técnicas, de incentivos financeiros, de negociar com o Estado para obter recursos e incentivos para garantir a sua cidadania. Percebi que, em determinadas situações, até mesmo o fato dos trabalhadores se dirigirem aos órgãos governamentais, com o apoio de agentes da CPT ou de técnicos do Patac, tem possibilitado confiança, determinação e segurança para garantir os benefícios necessários para o assentamento, ou seja, tem favorecido a luta dos trabalhadores perante o Estado, de forma que tornou as lutas e reivindicações daqueles mais fortes perante os órgãos governamentais.

Por outro lado, a organização interna dos trabalhadores, a persistência e teimosia, demonstram sinais de autonomia, principalmente quando conseguiram importantes conquistas: a terra, parte da infra-estrutura como: escola, Posto Médico e principalmente, o saber lidar com o Estado ou com os seus mediadores para garantir os seus interesses e conquistar seus espaços.

As estratégias utilizadas pelos trabalhadores, para garantir a permanência na terra, com o apoio da CPT e do Patac, como a construção de reservatórios de água, fabricação de tijolos e telhas, criação de animais, etc, têm garantido aos trabalhadores uma “autonomia possível”²³. Os trabalhadores, hoje, já garantiram uma produção suficiente, pelo menos para se manterem, de modo que quase não encontramos situações de assalariamento ou de desistências.

²³ Cf. Mota, Dalva Maria (1990, passim)

O surgimento de mais uma Associação no assentamento, embora demonstre a divisão do mesmo, não se constitui num problema a mais para maioria dos assentados de Paus Brancos. A primeira Associação continua com a maioria dos associados do assentamento. Por outro lado, a falta de recursos ou incentivos governamentais tem sido cada vez mais superados, através da organização interna das negociações com o apoio de mediadores.

A Associação no assentamento tem sido um espaço marcado por conflitos e divergências, de modo que os trabalhadores não têm conseguido ver nessa forma de organização um espaço que possibilite mais entendimento, debates e mais formação. A maioria dos assentados tem visto as duas Associações em Paus Brancos apenas como um espaço para a captação de recursos governamentais, o que tem limitado profundamente o papel de ambas. O fato de se reunirem apenas para tratarem de projetos para o assentamento, tem sido um dos principais motivos de divergências na comunidade.

Os projetos governamentais continuam sendo alvos de bastante discussões no assentamento e representam, para os trabalhadores, um desafio. O desafio maior está no gerenciamento dos projetos e na falta de uma maior compreensão do que seja um projeto ou para que servem os projetos. A questão da relação trabalhadores do assentamento Paus Brancos, mediadores e Estado, nos remete a questão da autonomia e da subordinação dos primeiros. A autonomia pode ser vista quando os assentados se reúnem, discutem e até se dividem em torno dos projetos, inclusive com a participação de mediadores. A subordinação ou dependência dos trabalhadores está na falta de um saber que permita a eles uma maior clareza quanto a finalidade dos projetos, ao gerenciamento e quanto ao trabalhar as dificuldades internas, isto é, de se trabalhar as diferenças e divergências surgidas a partir das necessidades.

Os trabalhadores, na ânsia de verem os diversos problemas do assentamento resolvidos, especialmente no que se refere a infra-estrutura, produção e alimentação, passaram a ver nos projetos a possibilidade de conseguirem, de forma mais urgente possível, os benefícios necessários para tornar a vida em Paus Brancos menos dura. Mas, com o tempo, se deram conta que os projetos não resolvem tudo e, muitas vezes, dificulta um maior entendimento e uma vida mais tranqüila entre trabalhadores e lideranças da comunidade.

O surgimento de uma outra Associação no assentamento, a partir de divergências internas em torno de projetos, demonstra que as principais lideranças, mediadores e trabalhadores, em Paus Brancos, não conseguiram estabelecer um diálogo possível, onde se trabalhassem as dificuldades, as relações de poder e pudessem encontrar uma forma mais eficaz de discutir a entrada dos projetos governamentais para o assentamento.

A forma com que os projetos governamentais são levados aos assentamentos, sem uma ampla discussão com os trabalhadores sobre a finalidade dos mesmos, os objetivos, formas de gerenciamento e, principalmente as suas consequências, têm feito com que cada vez mais os assentados se dividam e não percebam o verdadeiro papel da Associação no assentamento. Desta feita, cria-se uma expectativa entre os assentados, a partir da possibilidade de conseguirem projetos governamentais, que, quando estes não vêm, a comunidade se divide, diminui a participação na Associação, de modo que os problemas passam a ser os projetos, em vez de contribuírem para a solução dos problemas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - Censo agropecuário - PB, 1983.

BRITO, Paulo Afonso de, Movimentos Populares: Possibilidades e limites de um Novo Sujeito Histórico, Campina Grande, UFPB, tese de mestrado, 1989, mimeografado.

BOCAYUVA E& VEIGA, Novo Vocabulário Político, V 1, Rio de Janeiro , Vozes, Fase, 1992

BOFF, Leonardo, Igreja, Carisma e Poder, Petrópolis, Vozes.

BOURDIEU, Pierre, o Poder Simbólico, São Paulo, Difel, 1989.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite - Da luta pela terra à luta pela Permanência na Terra (resgate da discussão e avaliação de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba, João Pessoa - UFPB, Campus I, 1994, mimeografado.

CASTORIADIS, Cornelius, A Instituição Imaginária da Sociedade, Rio Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CONFLITOS NO CAMPO NO BRASIL, São Paulo, Loyola, 1995.

92, São Paulo, Loyola, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu, O que é Participação Política, São Paulo, Brasiliense, 1984.

DEBATE & FORMAÇÃO, Caderno Nº 2, Estrutura Organizativa da CPT, Goiania, GO, 1993

Debate e formação, Caderno Nº 4 - CPT, Goiania, 1994.

DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO, São Paulo, Paulinas, 1992.

ESTERCI, Neide et alii, assentamentos rurais: um convite ao debate, in: Camargo, Regina, Da luta pela terra à Luta pela Permenência na Terra, João Pessoa, UFPB, 1994.

GUANZIROLI, Carlos, eta alii, Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda - o Relatório da FAO, petropolis RJ, Vozes, FAO, 1994.

GRZYBOWISKI, Candido, Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo, Petrópolis, Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza, Caminhada no chão da noite, (Emancipação Política e Libertação dos Movimentos Sociais no Campo, São Paulo, Hucitec, 1989.

_____. Expropriação e Violência, a questão política no campo, São Paulo, Hucitec, 1991.

_____. A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e Poder: o problema da Terra na Crise política, Petrópolis, Vozes, 1985.

MELLO, Antonio Carlos Pires de, “Todos Têm Certas Coisas na Cabeça e Querem Atuar”: Lições do Patac, Campina Grande, UFPB, Campus II, 1995, tese de mestrado, mimeografado.

MOTA, Dalva Maria da, Os camponeses e a busca da “autonomia possível”, Estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no Estado de Sergipe, Campina Grande, UFPB, 1990, tese de Mestrado, mimeografado.

NOVAES, Regina, De Corpo e Alma: Catolicismo, Classes Sociais e conflitos no Campo, São Paulo, USP, 1987, Tese de Doutorado, mimeografado

_____. A Igreja e a Questão Agrária na Paraíba, in Igreja e Questão Agrária no Brasil, São Paulo, Loyola, 1985.

PAIVA et alii, Igreja e Questão Agrária no Brasil, São Paulo, Loyola, 1985

PANINI, Carmela, A Reforma Agrária dentro e fora da Lei: 500 anos de história inacabada, São Paulo, Paulinas, 1990.

RIBEIRO, Eduardo, Fé, Produção e Política - Experiências Associativas de camponeses de Minas Gerais, São Paulo, Loyola, 1994.

POLETTTO, Ivo, A Pastoral da Terra e a Construção da Democracia, in; Cadernos de Estudos da CPT, Nº 7, São Paulo, Loyola, 1990.

SALES, Ivandro da Costa et alii, Metodologia da aprendizagem, da participação e da organização, s/d, mimeografado.

SILVA, João Nunes da, Igreja e Lutas Sociais no Campo na Paraíba, UFPB, Campina Grande, 1993, mimeografado.

SHERER - WARREN, Ilse, O que há de "Novo" Nos Movimentos Sociais no Campo, In "Lua Nova, Cedec, 1989.

JORNAIS / TABLOIDES, / AVULSOS

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 24 de novembro de 1987.

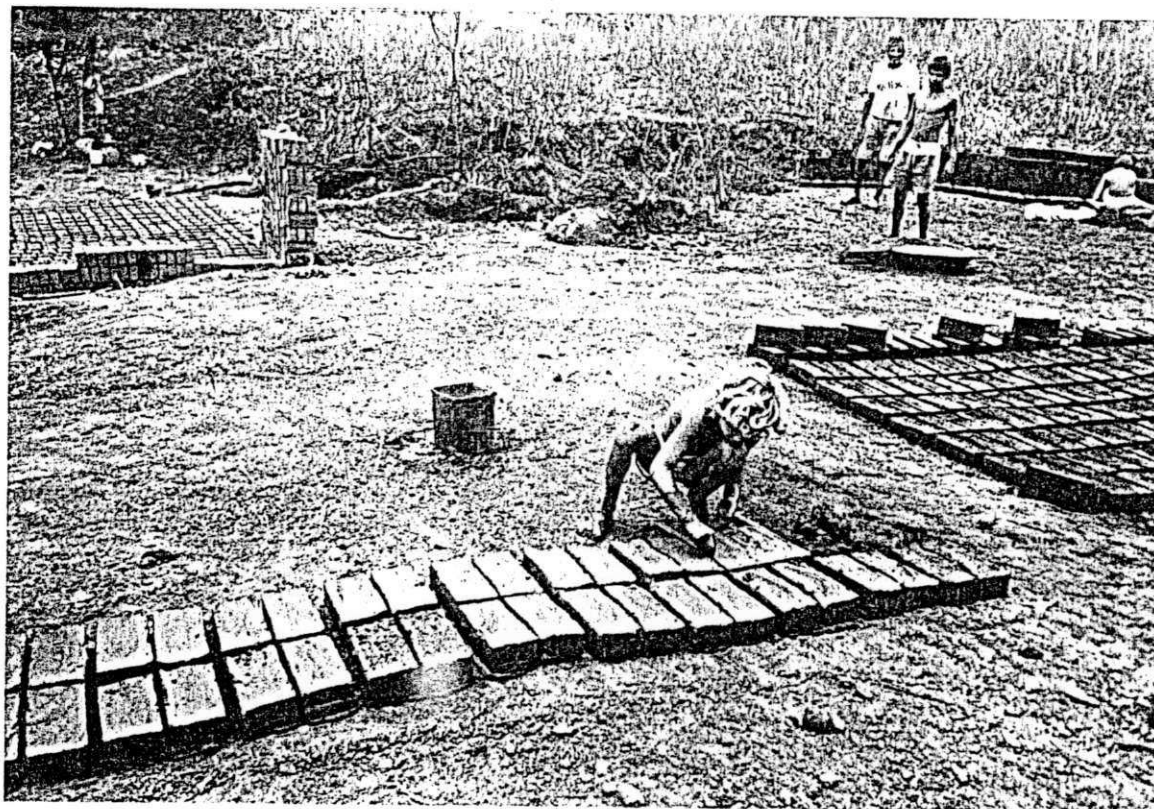
_____, Campina Grande, 10 de dezembro de 1987.

- NOTÍCIAS DA GENTE, Nºs 6, 7, 8, 9 e 10, Campina Grande, Patac, 1990.

ANEXOS

Anexo 1

Fabricação de tijolos: uma das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, com apoio de mediadores.



Anexo 2

Posto de Saúde e Escola Estadual, conquistas através da organização interna.



Anexo 3

Açude de água salgada em Paus Brancos. A luta por água, para abastecer as famílias, tem sido um dos principais problemas da comunidade.



Anexo 4

Roçados do assentamento Paus Brancos: produção para a subsistência.



Anexo 5

Assembléia mensal da primeira Associação de Paus Brancos.



Anexo 6

Romaria da Terra, realizada pela CPT de Campina Grande, do sítio Lucas à Paus Brancos, outubro de 1993. Uma das expressões de religiosidade dos Trabalhadores do assentamento.



Anexo 7

Brincadeira da comunidade Paus Brancos, uma das expressões culturais locais.



Anexo 8

Reportagem de jornal de Campina Grande, destacando a luta pela terra dos trabalhadores de Paus Brancos.

Diário da Manhã - 24.11.1984.

Fazenda Codorna: ocupantes resistem à ação de despejo

Apesar de terem sido expulsos pela segunda vez, em menos de quatro dias, no dia de ontem, os agricultores ocupantes da Fazenda Codorna, de propriedade do agropecuarista Cláudio Japiassu, Peron Gaudêncio, decidiram permanecer no local ocupado por eles há cerca de 9 meses, até que o Governador do Estado decida resolver o impasse, cumprindo o que prometeu: comprar a propriedade, desapropriá-la e conceder o direito de posse aos ocupantes da área.

Obedecendo uma liminar expedida pelo Juiz da 4.ª Vara Cível, Abrão Lincoln, oficiais de Justiça e soldados da Polícia Militar ontem repetiram a operação realizada sexta-feira última, isto é, voltaram a expulsar os ocupantes da Fazenda Codorna. Só que estes, após os policiais se retirarem do local, voltaram à Fazenda, alojando-se debaixo de um umbuzeiro, onde estava instalado o barracão (que foi demolido) armado por eles na última segunda-feira, quando voltaram a ocupar aquela terra.

Após várias propostas lançadas pelos agricultores, concernentes à retirada da terra, eles decidiram permanecer no setor, na esperança de que o Governo Estadual irá cumprir a promessa feita no início de sua gestão, quando visitando o local afirmou que eles deviam ficar até que a terra fosse desapropriada; entretanto, até a data de hoje, nada se sabe



Apesar de terem o barracão destruído, agricultores ficaram no local

sobre a desapropriação daquela área.

Uma comissão foi formada por integrantes dos desalojados: um advogado dos Direitos Humanos e presidente do PT, Jairo de Oliveira Souza foi falar com o agropecuarista "Peron Gaudêncio", a fim de saber da possibilidade de consentir que o pessoal permanecesse na terra no mínimo 15 dias. Este, por seu turno, mostrou-se intransigente conforme Jairo disse à imprensa. Ele ainda acrescentou que durante a visita a Peron, a comissão solicitou que o agropecuarista revogasse a liminar de desocupação da terra junto ao Juiz Abrão Lincoln.

A tentativa de negociação também foi inútil. Peron também não atendeu aos ocupantes.

Revoltados com a situação, os ocupantes não tiveram outra alternativa, a não ser decidir permanecer no setor, muito embora estejam conscientes da decisão tomada. Segundo um deles, Rafael Romualdo, resolveram ficar na terra por não terem outro lugar para trabalhar e ainda por cima, o sonho da colheita *ter sido destruído por máquinas* e pisadas dos oficiais durante a expulsão do sexta-feira. "Sabemos que iremos enfrentar os policiais mais uma vez, só que nosso confronto não é com eles, nem com Peron

mas sim com o Governador, que está nos devendo um lugar para trabalhar", ressaltou Rafael Romualdo.

A Fazenda Codorna tem 360 hectares de terra, entretanto, apenas três deles estavam sendo ocupados pelos agricultores, basicamente por 310 famílias. Desolados, olhando a plantação destruída, eles avaliaram a expulsão como uma brutalidade, apesar de não haver violência física; entretanto destruíram o que eles consideravam sagrado: a plantação feita durante muitos meses, debaixo de sol e chuva, sem falar no col, que terão que enfrentar até que a situação seja resolvida, já que de lá não sairão.

Anexo 9

Reportagem de jornal de Campina Grande sobre a luta dos trabalhadores pela terra.

Diário da Manhã - 10.12.1987.



Os "seni-terra" garantem que só deixam a praça com uma solução

Invasores da "Codorna" acampam e protestam na Praça da Bandeira

Os agricultores que invadiram a Fazenda Codorna, no Serrotão, e dela foram expulsos três vezes por policiais que cumpriam mandado judicial de reintegração de posse impetrado pelo proprietário da área, Otaviano Japiassu, acamparam na Praça da Bandeira e de lá, garantem, não sairão enquanto o Governo do Estado não resolver o impasse.

Na principal praça da cidade, os agricultores armaram barracas, colocaram laixas e passaram o dia gritando "slogan" de apoio à Reforma Agrária. São 310 famílias que haviam ocupado a Fazenda Codorna e o governador Tarcísio Burty tinha prometido desapropriar a área. Como não houve acordo ainda

com o proprietário, este acionou a Justiça e conseguiu desalojar os agricultores.

Uma comissão esteve ontem na Câmara tentando uma solução. O fato está preocupando o prefeito Ronaldo Cunha Lima que passou todo o dia de ontem tentando uma solução.

(PAGINA 8)

Reportagem de jornal de Campina Grande, destacando a luta pela terra.

Promessa não estimula o posseiro a deixar praça



posseiros querem ter a certeza se o terreno será desapropriado

Alegando não terem certeza de que o Governador Tarcísio de Miranda Burity irá comprar os 510 hectares de terras localizados no Distrito de Boa Vista, os agricultores que ocupam há 13 dias a Praça da Bandeira, ainda estão indecisos se deixarão aquele logradouro ainda esta semana. Eles continuam radicais, afirmando que de lá só sairão quando tiverem um local fixo e definido para trabalhar por parte do Executivo Estadual.

Segundo eles, esse radicalismo deve-se ao fato de Burity ter prometido há 9 meses aqueles agricultores que ocupavam a Fazenda Codorna, de onde foram por policiais expulsos em virtude do Governador não ter cumprido com sua promessa. Na tentativa de dar um "final feliz" ao caso, na última audiência com o Governador, sexta-feira última, ele disse aos posseiros que saíssem da Praça da Bandeira e fossem para a Fazenda Casa Nova, em Boa Vista. Estes por seu turno, estão descrentes no que se referem as promessas de Burity. "Só arredaremos o pé daqui (da praça) quando, o Governo Estadual nos garantir que tem terra comprada para o nosso assentamento, e desde que seja com-

A população que antes, estava solidária com aqueles agricultores, tomando conhecimento do pronunciamento de Burity, já começa a fazer sérias críticas aqueles posseiros, chegando até mesmo de tachalôs de aproveitadores, levando em consideração, os mesmos durante vários dias consecutivos vieram, recebendo mantimento por parte de populares, até mesmo de cidades circunvizinha e não se apressaram para conseguir um outro meio de sobrevivência se não o de ficar debaixo de uma tenda improvisada, comendo e bebendo gratuitamente. A doméstica Maria das Graças Souza, residente à rua Santa Catarina na Liberdade, é uma das campinenses que já começa a pensar da forma acima citada.

"Antes de haver uma iniciativa por parte do poder público estadual, sentii consideração por aqueles agricultores, no entanto há mais de 5 dias, Burity, já se pronunciou e eles não querem dar um voto de confiança ao Governador", salientou ela. Os posseiros por sua vez afirmam que não estão totalmente descrentes no líder do Executivo da Paraíba, entretanto ainda não se decidiram por te-

ocupar as terras destes tempos ilegalmente.

Segundo Maria Paulo Silva, uma das componentes da Comissão negociações o drama vivido por eles durante a expulsão da Fazenda Codorna, tiveram toda a lavoura destruída, foi muito doloroso não querem que tudo venha a se repetir.

PREOCUPAÇÃO

Por outro lado, muitos órgãos estaduais já estão engajados à luta dos campinenses da Fazenda Codorna. Dentre eles, está a FUNDAPE-Fundação Para o Desenvolvimento Agrário no Estado da Paraíba. Segundo Maria Paulo, os administradores daquela fundação, já estão procurando novas áreas cultiváveis a serem apresentadas ao Governador, assim de pois se possa analisar qual seja a mais viável para o assentamento dos agricultores ocupantes do logradouro municipal nesta cidade.

E que há informações obtidas junto aos próprios agricultores dando conta de que o proprietário da "Casa Nova", Semeão Barreto, tomando conhecimento da intenção de Burity negociar com a sua propriedade já

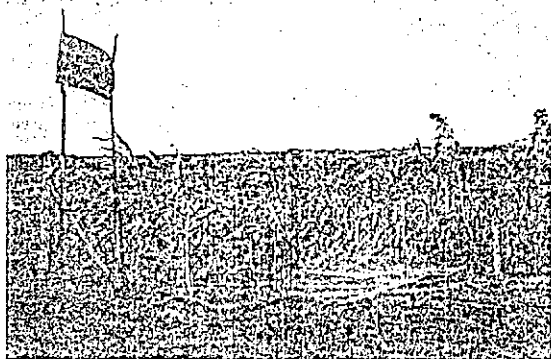
PAUS BRANCOS

Experiência de assentamento mostra que nem só de terra vive o agricultor

Cidival Moraes

A fazenda Paus Brancos, que fica a 40 minutos do centro de Campina Grande, numa área caracterizada como Cariri, há oito anos, vive uma experiência de assentamento que tem aparecido com frequência na imprensa, seja pelos seus problemas de infraestrutura, seja pela resistência dos agricultores em permanecerem na terra, procurando torná-la viável do ponto de vista econômico. São 1.200 hectares de área, distribuídos pelo governo do estado para 72 famílias, que somam hoje mais de 200 pessoas. Até chegarem a Paus Brancos, essas famílias tiveram que lutar muito. Expulsas da Fazenda Codorna, que fica numa área de transição entre o Brejo e o Agreste, elas ocuparam a Praça da Bandeira, no centro de Campina, por 43 e três dias. Passaram, inclusive, o natal de 87 em barracas improvisadas na praça. Enfrentaram a fúria e o desprezo dos segmentos mais privilegiados da sociedade. Em contrapartida, receberam o apoio e a solidariedade dos que ainda acreditam que "amanhã há de ser outro dia."

Pressionado, o governo estado acabou optando pela desapropriação da fazenda Paus Brancos, no Cariri, pela qual pagou, à época, cerca de 10 mil cruzados. A fazenda, hoje, está avaliada em cerca de 2 milhões de reais. A chegada "à terra prometida" foi triunfal. O estado preparou festa,



Roçada comunitária: experiência que ajuda na organização das famílias

trouxer políticos, fez promessas. E foi embora. O dia seguinte revelou o lado trágico da trama: o governo se dera por satisfeito com a entrega dos títulos de posse. Os agricultores, em terras estranhas, estavam entregues à própria sorte. Havia terra em quantidade. Mas isso não era tudo.

Primeira surpresa: não havia água em parte alguma da fazenda. A terra tinha características diferentes da que eles - os agricultores - estavam acostumados a cultivar. Não havia casas para todas as famílias nem recursos para construí-las. Também os

agricultores se deram conta de que não havia fonte de renda imediata para garantir a sobrevivência, até que a nova terra começasse a dar seus primeiros resultados. "Muita gente pensou em desistir" lembra Josefa Maria Tavares, Zefinha, a agente de saúde da comunidade. "Eu mesma quis arumar meus trapos e me mandar de volta, mas resisti à tentação". Hoje ela garante, que apesar das dificuldades, valeu a pena ficar.

A legalização dos lotes, a entrega dos títulos de concessão de uso, a visita dos técnicos do Inera (hoje

Interpa), da Emater, a criação de uma associação comunitária não resolveram os problemas. O básico permaneceu (e ainda permanece) intocado: a questão dos recursos para sobrevivência e exploração produtiva da nova área. Se por um lado havia assistência técnica, o agricultor aprendia a lidar com a nova terra, por outro não havia meios de colocar os conhecimentos em prática, porque até mesmo as sementes selecionadas fornecidas pelo governo, chegavam com atraso em relação à época de plantio e em quantidade insuficiente para atender satisfatoriamente todas as famílias.

Oito anos depois, as famílias ainda não conseguiram construir casas seguras para morar. A maioria vive em barracos de toipa mal cobertos, expostos às intempéries do tempo. Aprofundaram o espírito de organização e até se dividiram em dois blocos, que, apesar das divergências de ordem político-organizacional, conseguem conviver sem maiores conflitos. Educação e saúde são serviços precários, que reclamam providências urgentes. A produção de alimentos é insignificante. A fome ainda é uma ameaça. ONG's como o PATAC e Pastorais sociais como a CPT são parceiros, embora atuem em blocos diferentes. O quadro real pode ser resumido na seguinte frase, dita por um agricultor: "Inço, a gente tem a terra, mas não tem com que trabalhar."

Sem lenço e sem documento

A realidade da fazenda Paus Brancos não é diferente das muitas áreas de assentamento espalhadas pelo estado, mas tem as suas particularidades. O baixo índice de pluviosidade da região complica, quando se depende, única e exclusivamente, da água de "São Pedro" para viver. Sem água de grande porte, a saída foi a construção de pequenos barreiros, com assistência técnica do PATAC. Como o inverno foi irregular, não tem água armazenada. Um pouco artesiano, com auxílio de um cata-vento, ajuda no abastecimento e mata a sede dos animais. Água potável mesmo chega em carros pipas, uma vez por semana, mas não dá para todo mundo. A prioridade é para a escola e o posto de saúde. Mas não há regularidade. A escola, no início do mês, passou 15 dias fechada por falta d'água.

O posto de saúde funciona com médico e dentista, também uma vez por semana. Há medicamentos considerados de "primeira

necessidade" que são administrados pelas duas agentes de saúde da fazenda, que trabalham como prestadora de serviços da prefeitura, ganhando pouco mais de 60 reais. Para variar, não recebem desde junho. A escola funciona na antiga casa da fazenda. Tem 62 alunos e apenas uma professora contratada, que ensina da alfabetização à quarta-série. A professora, Severina Carvalho, tem o segundo grau completo e atualmente está fazendo "o Jorgis" - uma espécie de especialização pedagógica. Dá aulas simultânea, com a ajuda de um filho, que não é contratado, para os alunos de todas as séries.

A escola tem papel, merenda regular - embora haja denúncias de aproveitamento indevido dos alimentos doados pela PAE - livros didáticos e cadernos. Porém, não tem sequer uma máquina de escrever para datilografar provas, relatórios ou documentos exigidos pela terceira região de ensino. Quanto a estrutura física, a casa precisa de reformas. O

Posto de Saúde também precisa reformas. A caixa d'água, que teoricamente devia ser abastecida pelos carros pipa da prefeitura de Campina Grande, vive seca. Na semana passada, quando uma equipe do Mestrado de Sociologia Rural do Campus II da UFPB esteve na comunidade, não havia água sequer para esterilizar os equipamentos do posto odontológico.

A energia elétrica atende a uma parte muito reduzida da fazenda. A maior renda de Paus Brancos é a da professora Severina Carvalho, que recebe 90 reais do Estado. Pouco mais de dez pessoas na comunidade, incluindo os aposentados, têm renda fixa. O restante, para viver, "tem que tirar leite de pedra." As dificuldades de transportes são grandes. Quando adoece alguém, o único transporte disponível na comunidade é uma carroça de burro. O Distrito mais próximo é Caturité de Boqueirão, que fica a 12 km da fazenda.



Raimunda Maria Lima, agricultora

Resistência

Um dos símbolos de resistência da fazenda Paus Brancos é dona Raimunda Maria de Lima, de 75 anos e mãe de dez filhos. Ela é remanescente da fazenda Codorna, participou da ocupação da Praça da Bandeira e organizou a resistência na nova terra, quando o desânimo e a falta de esperança começaram a tomar conta das famílias. Comparamos com

Alternativas que ajudam a viver

O que tem ajudado os moradores de Paus Brancos a permanecerem na área, é, sem dúvida, a sua organização. Mesmo divididos em duas associações, eles têm encontrado forças para resistir na vivência coletiva. A primeira Associação, presidida hoje por Francisco Xavier de Oliveira, é a que o estado reconhece como legítima para representar os

roça comunitária e banco de ferramenta. Também está estimulando a diversificação do plantio, introduzindo culturas como gergelin, girassol e mamona. Toda semana, as famílias se reúnem para trabalhar juntas ou no roçado comunitário ou na construção da sede da Associação. A participação, segundo garante o

presidente, chega a mais de 30 pessoas, incluindo homens e mulheres. Os jovens também participam. Com apoio da Associação já organizaram um time de futebol. As ações são decididas em reuniões. Um ponto comum que une as pessoas desse grupo: a esperança.

Anexo 12

Lista dos entrevistados.

As entrevistas que realizei em P. Brancos, foram com as seguintes pessoas:

- João de Cota (morador)
- Severina (moradora e esposa do presidente da 1- associação);
- Severina Araujo;
- Seu Francisco(presidente da associação- primeira);
- Dona Raimunda (liderança da comunidade, do grupo dissidente);
- Abel Adão da Silva(morador e presidente da mais recente associação);
- Edite e filho (moradores);
- Seu Manuel (vice prs. da primeira associação);
- Seu João Araujo- morador
- Ednaldo - morador
- Terezinha - moradora
- Mima - moradora-
- José Bento- morador e esposo de dona Raimunda
- José Vicente - morador

DA CPT

- Pe Cristiano
- Dorinha - liderança da CPT C.Gde
- Maria Paulo
- Frei Anastácio - CPT de João Pessoa - PB

Anexo 13

Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Paus Brancos.

QUESTIONÁRIO À SER APLICADO EM PAUS BRANCOS

1.0. DADOS PESSOAIS

1.1. SEXO MASC() FEM()

1.2. IDADE-----

PROFISSÃO:-----

1.3. ESTADO CIVIL:

CASADO () SOLTEIRO () SEPARADO () DIVORCIADO () VIUVO ()

1.4. TEM FILHOS ? QUANTOS ?-----

2.0. HÁ QUANTO TEMPO VIVE EM PAUS BRANCOS ?-----

2.1. ANTES DE VIR PARA PAUS BRANCOS, ONDE MORAVA?-----

2.2. O QUE FAZIA ANTES DE VIR PARA PAUS BRANCOS?-----

2.3. POR QUE VEIO PARA PAUS BRANCOS ?-----

2.4. GOSTA DE VIVER EM PAUS BRANCOS ? SIM () NÃO() POR QUE?-----

2.5. O QUE FAZ EM PAUS BRANCOS ?

TRABALHA () ESTUDA () NÃO FAZ NADA () OUTROS ()

2.7. TRABALHA EM QUE ?-----

3.0. O QUE PLANTA EM PAUS BRANCOS ?

3.1. O QUE ACHA DO TRABALHO EM PAUS BRANCOS ? BOM ()
MUITO BOM () RUIM () PÉSSIMO () POR QUE?-----

4.0. O QUE FALTA PARA VIVER MELHOR EM PAUS BRANCOS ?-----

5.0. PARTICIPA DA ASSOCIAÇÃO ? SIM () NÃO () QUAL (especificar) 112

5.1. COMO VOCÊ VÊ A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PERANTE A COMUNIDADE ? BOA () MUITO BOA () RUIM () PESSIMA () POR QUE?-----

6.0. A COMUNIDADE RECEBE AJUDA DE FORA (ENTIDADES OU PESSOAS)? SIM () NÃO ()

6.1. QUE TIPO DE AJUDA ?-----

7.0. VOCÊ GOSTARIA DE MORAR EM OUTRO CANTO? SIM () NÃO () POR QUE ? -----

8.0. CONHECE A CPT AQUI ? SIM () NÃO () NUNCA VIU FALAR ()

8.1. O QUE A CPT FAZ EM PAUS BRANCOS ? -----

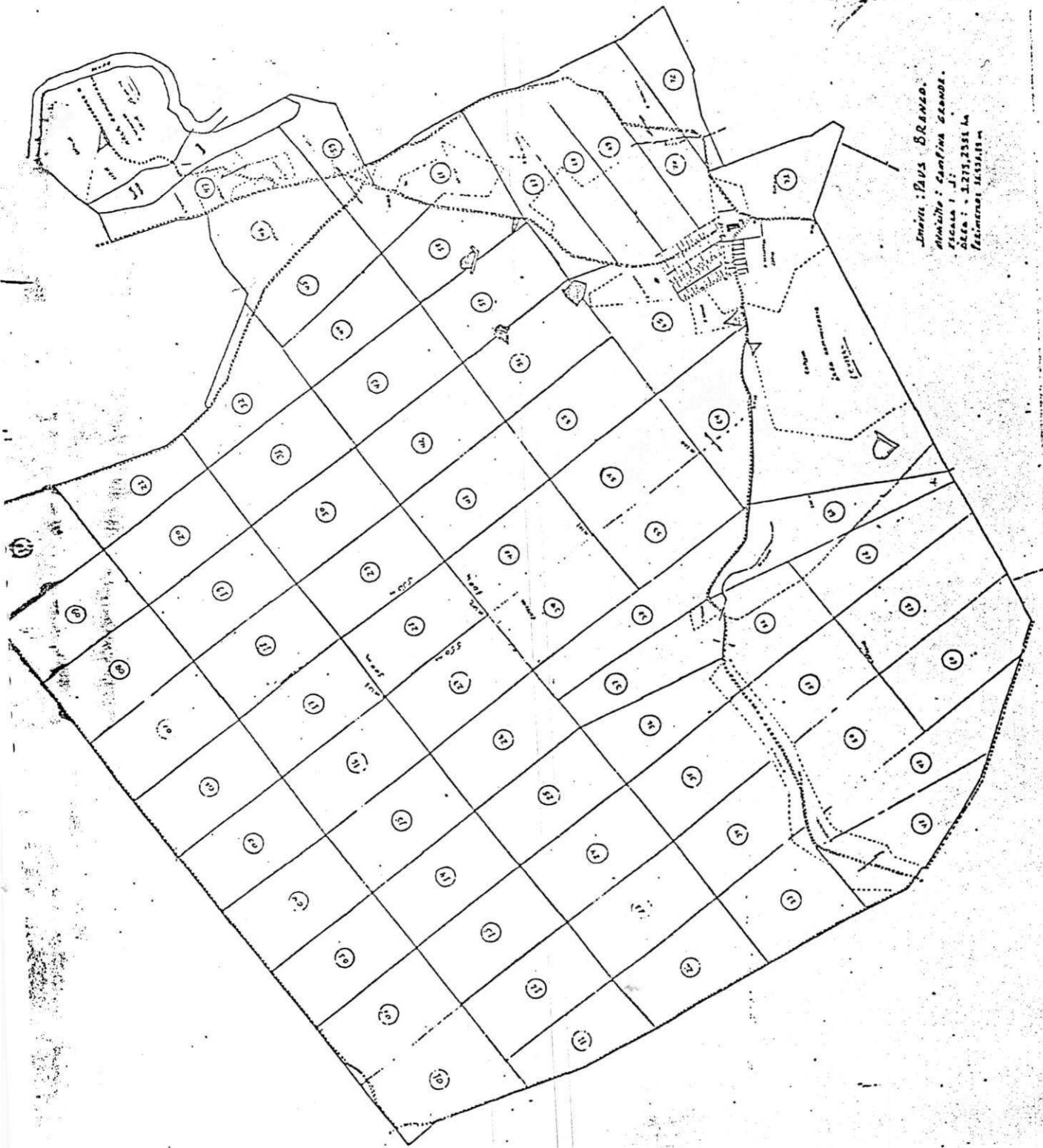
9.0. QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA COMUNIDADE PARA VOCÊ ?-----

10. QUE TIPO DE APOIO VOCÊ ACHA QUE FALTA ? -----

11. COMO A COMUNIDADE RESOLVE SEUS PROBLEMAS ? aTRVÉS DA ASSOCIAÇÃO () CADA UM POR SI () ATRAVÉS DA IGREJA () ATRAVÉS DO GOVERNO () OUTROS ()

12. GOSTARIA DE FALAR MAIS ALGUMA COISA SOBRE A COMUNIDADE ? O QUE ?-----

Mapa de Paus Brancos.



Imreia: PAUS BRANCO.
Anexo: Caminho Grande.
Folha: J.
Data: 22/2/55
Escala: 1:5000